

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 21/04/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Procuradoria Geral do Município de Guarulhos**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 4 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 33, 37, 40 e 45.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PGM-Guarulhos**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/17cb15b6-d6a3-4ca6-aa8c-5f9af347bcfe>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/322f24b5-5b94-4a58-a426-e85bc0b07d1f>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

QUESTÃO 01. A arguição de descumprimento de preceito fundamental é prevista no artigo 102, §1º, da Constituição Federal e é regida pela Lei nº 9.882/1999. Sobre o tema, é CORRETO o que se afirma em:

- a) Trata-se de ação constitucional que possui função rescisória, sendo cabível contra decisão judicial transitada em julgado.
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.
- c) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. O requisito da subsidiariedade é satisfeito quando inexistir, no caso, outro meio processual eficaz para sanar a lesão a preceito fundamental de forma ampla, geral e imediata.
- d) Não é admissível o emprego da ADPF para reparar ou evitar lesão a preceito fundamental resultante de omissão do poder público.
- e) A ADPF é um mecanismo de controle de constitucionalidade, podendo ser proposta tanto pela via concentrada, quanto pela via difusa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

A alternativa A está incorreta. A ADPF não tem função rescisória. Segundo o STF, não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra decisão judicial transitada em julgado. Este instituto de controle concentrado de constitucionalidade não tem como função desconstituir a coisa julgada. STF. Decisão monocrática. ADPF 81 MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 27/10/2015 (Info 810). Conforme artigo 1º e parágrafo único da Lei n. 9.882/1999, a arguição de descumprimento de preceito fundamental tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Também é cabível a ação quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.

A alternativa B está incorreta. Também segundo o STF, a arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante." (ADPF 147-AgR, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 24-3-2011, Plenário, DJE de 8-4-2011.)

A alternativa C está correta. A ADPF tem natureza subsidiária, não devendo ser admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. Ademais, conforme o que se decidiu na ADPF 114, rel. min. Roberto Barroso, j. em 23-8-2019, P, DJE de 6-9-2019, a jurisprudência da Corte firmou-se no sentido de que o requisito da subsidiariedade é satisfeito quando inexistir, no caso, outro meio processual eficaz para sanar a lesão a preceito fundamental de forma ampla, geral e imediata.

A alternativa D está incorreta. Durante a análise da ADPF 272/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua posição prévia de que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é aplicável no enfrentamento de omissões por parte do Estado, independentemente de serem omissões completas ou parciais, e de terem ou não caráter normativo. Esta medida é cabível quando tais omissões violam um preceito fundamental e obstaculizam a concretização de uma norma constitucional que o estabelece.

A alternativa E está incorreta. A ADPF é mecanismo do controle concentrado de constitucionalidade e não do controle difuso. Veja que o Art. 102, § 1º, da Constituição Federal, informa que a ADPF será apreciada pelo STF na forma da lei.

QUESTÃO 02. A respeito da Súmula Vinculante, prevista no artigo 103-A da Constituição Federal e regulada pela Lei Federal nº 11.417/2006, é CORRETO o que se afirma em:

a) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

b) A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.

c) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso do processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que acarretará a suspensão do processo.

d) A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, não podendo o Supremo Tribunal Federal restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento.

e) No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir a manifestação de terceiros na questão, cuja decisão é suscetível de agravo interno, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Súmula Vinculante.

A alternativa A está incorreta. Conforme o Art. 6º da Lei Federal n. 11.417/2006, A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

A alternativa B está correta. Segundo o § 2º do Art. 2º da Lei Federal n. 11.417/2006, a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.

A alternativa C está incorreta. Está correta a primeira parte da alternativa ao informar que “o Município poderá propor, incidentalmente ao curso do processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante”. todavia, esta propositura não acarretará a suspensão do processo, conforme estabelece o § 1º do Art. 3º da Lei Federal n. 11.417/2006.

A alternativa D está incorreta. É certo que a súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata. Porém, é incorreta a afirmação de que não pode o STF restringir os efeitos vinculantes a partir de outro momento. Nestes termos, é o Art. 4º da Lei Federal n. 11.417/2006. “A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.”

A alternativa E está incorreta. O erro da alternativa está em afirmar que a decisão é suscetível de agravo interno, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Na verdade, a decisão que admite terceiro é irrecorrível, como estabelece o § 2º do Art. 3º da Lei Federal n. 11.417/2006.

QUESTÃO 03. Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores em relação ao habeas corpus, é CORRETO o que se afirma em:

a) Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar. Entretanto, é possível a concessão da ordem de ofício pelo STF, desde que caracterizada situação de flagrante ilegalidade.

b) A supressão de instância não impede o conhecimento de habeas corpus impetrado per saltum.

c) A superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal.

d) Cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

e) O habeas corpus poderá ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema jurisprudência do STF em matéria de habeas corpus.

A alternativa A está correta. A questão reflete integralmente o entendimento do STF. Conforme a Súmula 691 deste tribunal, “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.” Todavia, é possível a concessão da ordem de ofício pelo STF, desde que caracterizada situação de flagrante ilegalidade. Nestes termos, decidiu o STF: “Como se sabe, a jurisprudência pacífica desta Suprema Corte, consolidada pela Súmula 691, é no sentido da impossibilidade de o Supremo Tribunal Federal dar seguimento ao writ impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar. Nesse sentido, anoto que a superação do referido verbete sumular constitui medida excepcional, a se legitimar quando a decisão atacada se mostra teratológica, flagrantemente ilegal ou abusiva. No caso sob exame, verifico estar-se diante dessa situação, apta a superar a súmula em questão, diante do evidente constrangimento ilegal a que está submetido o paciente. (...) Por esse motivo, passo ao exame desta impetração. Esta Suprema Corte tem afastado a prisão preventiva quando a quantidade de droga apreendida é irrisória ou em volume que não justifique a escolha pela cautelar mais gravosa, tornando-a desproporcional. (...) Com efeito, o paciente teve a prisão preventiva decretada com fundamento na gravidade abstrata do delito a ele imputado, garantia da ordem pública e, ainda, na quantidade de droga

apreendida (...). Todavia, apenas 8g (...) de crack foram encontradas em posse do paciente (...). [HC 221.477, rel. min. Ricardo Lewandowski, dec. monocrática, j. 19-10-2022, DJE 211 de 20-10-2022.]

A alternativa B está incorreta. A afirmativa contraria o entendimento apresentado na Súmula 691 do STF de que: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.” Assim, a supressão de instância impede o conhecimento de habeas corpus impetrado per saltum.

A alternativa C está incorreta. A questão foi enfrentada pelo STJ e não pelo STF. Ainda, a Corte Infraconstitucional decidiu de forma diversa, consoante súmula 648: "A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus". A título exemplificativo, apresenta-se o seguinte julgado: “Ementa: HABEAS CORPUS CONTRA INDEFERIMENTO MONOCRÁTICO DE PEDIDO DE LIMINAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. 1. Não cabe ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL conhecer de Habeas Corpus impetrado contra decisão proferida por relator que indefere o pedido de liminar em Habeas Corpus requerido a tribunal superior, sob pena de indevida supressão de instância (Súmula 691). 2. Inexistência de teratologia ou caso excepcional que caracterizem flagrante constrangimento ilegal. 3. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STF - HC: 230727 SC, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 12/09/2023, Primeira Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 20-09-2023 PUBLIC 21-09-2023)".

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa baseou-se em outra Súmula do STF. O raciocínio jurídico a ser aplicado é o de que o habeas corpus serve para proteger a liberdade de locomoção. Súmula n. 694 do STF: "Não cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública".

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário, o habeas corpus não poderá ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal, conforme já decidiu o próprio STF. Veja: “EMENTA. AGRAVO INTERNO EM HABEAS CORPUS. DECISÃO CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. UTILIZAÇÃO DO HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE EVIDENTE. HABEAS CORPUS INDEFERIDO. 1. É inviável a utilização de habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal. 2. A revisão da fração aplicada na dosimetria da pena-base é inadmissível na via estreita do habeas corpus, que não comporta dilação probatória. 3. Ausência de ilegalidade evidente na dosimetria quando presentes fundamentos idôneos para fixação da pena-base acima do mínimo legal. 4. Agravo interno desprovido. (STF - HC: 214879 SP 0118683-38.2022.1.00.0000, Relator: NUNES MARQUES, Data de Julgamento: 21/06/2022, Segunda Turma, Data de Publicação: 30/06/2022)".

QUESTÃO 04. Acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), considere as seguintes assertivas:

I. Proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, não se admitirá desistência.

II. Em caso de omissão imputável a órgão administrativo, as providências deverão ser adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o interesse público envolvido.

III. Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o Tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 (cinco) dias.

IV. Os legitimados a propositura da ADO são os mesmos legitimados para o mandado de injunção.

Está CORRETO o que se afirma em:

a) I, II e III, apenas.

b) I, III e IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).

A assertiva I está correta. Há reprodução expressa do disposto na Lei 9.868/1999. Lei 9.868/1999: "Art. 12-D. Proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, não se admitirá desistência. (Incluído pela Lei nº 12.063, de 2009)".

A assertiva II está incorreta. O erro está em afirmar que as providências deverão ser adotadas no prazo de 60 (sessenta dias), quando, na verdade, este prazo é de 30 dias, na forma do parágrafo 1º do Art. 12-H da Lei 9.868/1999.

A assertiva III está correta. Esta possibilidade de "Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o Tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 (cinco) dias" encontra-se no Art. 12-F da 9.868/1999.

A assertiva IV está incorreta. Os legitimados a propositura da ADO não são os mesmos legitimados para o mandado de injunção, conforme se verifica dos Arts. 2º da Lei 9.868/1999 e 12 da Lei 13.300/2016. Veja-se que a ação do mandado de injunção não trata do controle concentrado de constitucionalidade, como a ADO. Ademais, nesta última lei a possibilidade de ajuizamento do MI por Ministério Público e Defensoria Pública, quando da ação coletiva.

Assim, considerando que as assertivas I e III são verdadeiras, enquanto as assertivas II e IV são falsas. As alternativas A, B, C e E estão incorretas.

QUESTÃO 05. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da constitucionalidade de leis estaduais e municipais, é CORRETO o que se afirma em:

- a) É constitucional lei estadual que concede porte de armas a Procuradores do Estado.
- b) É inconstitucional lei estadual que proíbe a utilização de linguagem neutra.
- c) É constitucional Lei estadual que impõe a utilização de empregados próprios na entrada e saída de estacionamentos, impedindo a terceirização.
- d) É inconstitucional lei municipal que impede a nomeação a cargos públicos de condenados por violência doméstica e familiar contra a mulher.
- e) É inconstitucional lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da jurisprudência do STF sobre as competências dos entes federativos.

A alternativa A está incorreta. Entendeu o STF, na ADI 6975, que legislações estaduais que concedam porte de arma a Procuradores dos Estados são formalmente inconstitucionais, pois violam competência privativa da União.

A alternativa B está correta. Conforme o STF, a norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe modalidade de uso da língua portuguesa viola a competência legislativa da União. (ADI 7019).

A alternativa C está incorreta. Lei estadual que impõe a utilização de empregados próprios na entrada e saída de estacionamento, impedindo a terceirização, viola a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, conforme ADI 451 do STF)

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, entendeu o STF que a lei que impede nomeação de condenados pela Lei Maria da Penha é constitucional. (RE 1308883)

A alternativa E está incorreta. Para o STF, conforme julgado no RE 1210727, é constitucionalmente válida a opção legislativa municipal de proibir o uso de fogos de artifício de efeito sonoro ruidoso, ao promover um padrão mais elevado de proteção à saúde e ao meio ambiente, nos limites razoáveis do regular exercício de competência legislativa pelo ente estatal.

QUESTÃO 06. A respeito da interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal em relação à competência legislativa dos municípios, é INCORRETO o que se afirma em:

- a) A União possui competência legislativa privativa para legislar sobre trânsito e transporte, competindo aos municípios a regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros.
- b) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, o que abrange a definição do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.

c) Não compete aos municípios criar lei municipal que obrigue a substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.

d) Compete aos municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios, em razão do preponderante interesse local envolvido.

e) O Município é competente para legislar sobre meio ambiente, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata da jurisprudência do STF sobre as competências dos entes federativos.

A alternativa A está correta. Entendeu o STF que, no exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal. Assim, a União possui competência legislativa privativa para legislar sobre trânsito e transporte, competindo aos municípios a regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros. (RE 1054110)

A alternativa B está correta. Trata-se de entendimento consolidado pelo STF: "EMENTA. Definição Do Tempo Máximo De Espera De Clientes Em Filas De Instituições Bancárias. Competência Do Município Para Legislar. Assunto De Interesse Local. Ratificação Da Jurisprudência Firmada Por Esta Suprema Corte. Existência De Repercussão Geral. (STF - RE: 610221 SC, Relator: ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 29/04/2010, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/08/2010)".

A alternativa C está incorreta. Segundo o STF, como foi decidido no RE 732686, é constitucionalmente válida a opção legislativa municipal de promover a obrigação de utilização de sacos plásticos biodegradáveis, em tratamento harmônico dos diversos pilares da ordem constitucional econômica, viabilizando o mesmo desenvolvimento da atividade econômica empresarial de uma forma mais protetiva ao meio ambiente.

A alternativa D está correta. Para o STF, compete aos municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios, em razão do preponderante interesse local envolvido, ao que se decidiu no RE 738481.

A alternativa E está correta. Ao julgar o RE 586224, entendeu o STF que o Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB).

QUESTÃO 07. De acordo com o disposto na Constituição Federal a respeito da competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, considere as seguintes assertivas:

I - Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

II - Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

III - Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

IV - Compete privativamente à Câmara dos Deputados avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

É CORRETO o que se afirma em:

a) I, II e III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I, III e IV, apenas.

d) I e IV, apenas.

e) III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema competências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A assertiva I está incorreta. Na realidade, a competência é privativa da Câmara dos Deputados, como estabelece o Art. 51, I, da Constituição Federal.

A assertiva II está incorreta. A competência é privativa do Senado, consoante Art. 52, VIII, da Constituição Federal.

A assertiva III está correta. Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal, conforme estipula o Art. 52, VII, da Constituição Federal.

A assertiva IV está incorreta. É da competência privativa do Senado Federal avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o Art. 52, XV da Constituição.

Considerando que apenas a assertiva III é verdadeira e que as assertivas I, II e IV são falsas, as demais alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 08. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os servidores públicos, é CORRETO o que se afirma em:

a) Não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos dos servidores públicos.

b) O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou e nele manter-se.

c) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

d) A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será lícito ainda que fique demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

e) Os servidores públicos admitidos sem concurso público que tenham adquirido estabilidade por força do artigo 19 do ADCT podem se aposentar sob o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da jurisprudência do STF sobre os vencimentos dos servidores públicos.

A alternativa A está correta. A alternativa reproduz o teor da Súmula 682 do STF, a qual estabelece que não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos

A alternativa B está incorreta. Não há esse direito. Para o STF, no julgamento do RE RE 1.302.501/PR, fixou-se a seguinte tese, Tema 1.150, em sede de repercussão geral: O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade.

A alternativa C está incorreta. Contraria o disposto na Súmula Vinculante n. 42 do STF a qual informa que: É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

A alternativa D está incorreta. Está correta a primeira parte da afirmativa ao afirmar que a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. Contudo, o desconto será incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. Trata-se do Tema 531 do STF, julgado no RE 693456.

A alternativa E está incorreta. Segundo o STF, a sua jurisprudência consolidou-se no sentido de que os beneficiados pela estabilidade excepcional prevista no art. 19 do ADCT não são detentores das vantagens privativas dos servidores ocupantes de cargo efetivo, o que afasta a possibilidade de participação no regime próprio de previdência social, exclusivo dos titulares de cargos efetivos aprovados em concurso público. (RE 1426306)

QUESTÃO 09. A respeito da suspensão dos direitos políticos, prevista no artigo 15, inciso III da Constituição Federal, é CORRETO o que se afirma em:

a) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, dependendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

b) A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, inc. III, da Constituição Federal não se aplica no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

c) A suspensão condicional da pena não impede a suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado.

d) A suspensão dos direitos em razão de condenação criminal transitada em julgado enquanto durarem seus efeitos não impede a nomeação, mas impede a posse de candidato aprovado em concurso público.

e) A sanção de suspensão de direitos políticos se aplica a atos de improbidade culposos que causem dano ao erário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema suspensão dos direitos políticos.

A alternativa A está incorreta. Está em contrariedade com o firmado na Súmula n. 9 do TSE: A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

A alternativa B está incorreta. O STF, no RE 601182, entendeu que a suspensão dos direitos políticos independe da natureza da pena imposta, seja privativa de liberdade, seja restritiva de direitos.

A alternativa C está correta. Entende o STF pela possibilidade de Suspensão dos Direitos Políticos mesmo quando diante da Suspensão Condicional da Pena, conforme tema n. 370. No RE 601182, firmou-se a seguinte tese: A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, inc. III, da Constituição Federal aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

A alternativa D está incorreta. Segundo o STF, conforme julgado no RE 1282553, Tema 1190, a suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal ("condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos") não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

A alternativa E está incorreta. Após as mudanças implementadas na Lei de Improbidade Administrativa, efetivadas pela Lei 14.230/2021, é necessário o elemento subjetivo dolo para caracterizar a improbidade administrativa, conforme se decidiu ARE 843989, Tema 1199 do STF, no qual fixou-se a seguinte tese: 1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade

administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

QUESTÃO 10. Sobre a improbidade administrativa, é correto o que se afirma em:

A) Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

b) Independentemente de integrar a administração indireta, não estão sujeitos às sanções da Lei nº 8429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, ainda que para a sua criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual.

c) A responsabilidade por improbidade administrativa no exercício da função ou desempenho de competências públicas necessita da comprovação de ato doloso com fim ilícito.

d) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não estará sujeito à obrigação de ressarcimento.

e) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Improbidade Administrativa.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Constituição Federal, que determina: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível."

A alternativa B está incorreta, pois, nestes casos, de acordo com a Lei nº 8429/1992, haverá sujeição à Lei de Improbidade Administrativa, limitado o ressarcimento de prejuízos à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos, veja: "Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) § 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou

custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei de Improbidade Administrativa, veja: "Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) § 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com a Lei nº 8429/2992, tais sucessores ou herdeiros estarão sujeitos à obrigação de ressarcimento, veja: "Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)".

A alternativa E está incorreta, pois o prazo prescricional para tanto será de oito anos, nos termos da Lei nº 8429/2992, veja: "Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)"

QUESTÃO 11. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto o que se afirma em:

- a) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter e execução subsidiária.**
- b) No caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, estão configurados elementos da responsabilidade objetiva do Estado, de modo que cabe a este comprovar a interrupção do nexo causal, evidenciando que os agentes estatais não provocaram as lesões, houve culpa exclusiva da vítima ou fato de terceiro.**
- c) O Estado não possui responsabilidade objetiva em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.**
- d) Devido ao caráter privado do exercício dos serviços notariais e de registro, o Estado não responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.**
- e) Em razão da omissão estatal, é objetiva a responsabilidade do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, ainda que não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a jurisprudência do STF e do STJ sobre a responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Súmula 652 do STJ, que estabelece seu caráter como solidário, veja: "A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária. (SÚMULA 652, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 02/12/2021, DJe 06/12/2021)".

A alternativa B está correta, pois é o entendimento do STF, fixado no julgamento do ARE 1382159, vejamos: "No caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, é dever do Estado, em decorrência de sua responsabilidade civil objetiva, provar a exclusão do nexos causal entre o ato e o dano, pois ele é presumido." (STF. 2ª Turma. ARE 1382159 AgR/RJ, Rel. Min. Nunes Marques, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 28/03/2023.)

A alternativa C está incorreta, pois no julgamento do RE 1209429, o STF fixou a seguinte tese: "É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação ao profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante a cobertura jornalística em manifestações em que haja tumulto ou conflito entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente de responsabilidade da culpa exclusiva da vítima nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas em que haja grave risco a sua integridade física".

A alternativa D está incorreta, pois o STF, no julgamento do RE 842846, fixou a seguinte tese: "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 608880 (Tema 362) fixou a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada."

QUESTÃO 12. Relativamente ao acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846/2013, considere as seguintes assertivas:

I. O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

II. Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

III. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial, exceto quando expressamente previsto na celebração de acordo de leniência.

IV. Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos automaticamente às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, sendo desnecessário que firmem acordo em conjunto.

Está correto o que se afirma em:

a) I, II e III, apenas.

b) I e IV, apenas

c) I, apenas

d) I, II e IV, apenas.

e) II, III, IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o acordo de leniência, tratado na Lei nº 12.846/2013.

A afirmação I está correta, pois é o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: (...) § 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado."

A afirmação II está incorreta, pois o prazo de impedimento para celebração de novo acordo será de três anos, não de cinco. Veja: "Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: (...) § 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento."

A afirmação III está incorreta, pois a atual previsão da Lei nº 12.846/2013 é a de não haver tal ressalva, observe: "Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial."

A afirmação IV está incorreta, pois a Lei nº 12.846/2013 determina que seja firmado o acordo em conjunto, veja: "Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: (...) § 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas."

Dessa forma, a alternativa C está correta, por ser a única a conter somente a afirmação I, em conformidade com a Lei nº 12.846/2013, estando as demais alternativas, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 13. Considerando as disposições da "Lei de acesso à informação" (Lei Federal nº 12.527/2011), é correto o que se afirma em:

a) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.

b) As informações que puderam colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

c) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta será de 30 (trinta) anos.

d) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como secreta será de 25 (vinte e cinco) anos.

e) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.527/2011, veja: "Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso."

A alternativa B está incorreta, pois tais informações, nos termos da Lei nº 12.527/2011, serão classificadas como reservadas, veja: "Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição."

A alternativa C está incorreta, pois seu prazo máximo de restrição será, nos termos da Lei nº 12.527/2011, de 25 anos, veja: "Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;"

A alternativa D está incorreta, pois seu prazo máximo de restrição será, nos termos da Lei nº 12.527/2011, de 15 anos, veja: "Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: II - secreta: 15 (quinze) anos; e(...)"

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 12.527/2011, veja: "Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; (...)"

QUESTÃO 14. Com relação à desapropriação e à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, é correto o que se afirma em:

a) Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde a data de publicação da sentença.

b) O valor dos honorários advocatícios em sede de desapropriação deve respeitar os limites impostos pelo artigo 27, § 1º, do Decreto-lei 3.365/41, quais sejam: entre 1% e 5% da diferença entre o valor proposto inicialmente pelo imóvel e a indenização imposta judicialmente.

c) A indenização decorrente de desapropriação encerra ganho de capital a atrair a incidência de imposto de renda.

d) Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente.

e) A revelia do desapropriado implica aceitação tácita da oferta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a jurisprudência do STJ em relação à desapropriação.

A alternativa A está incorreta, pois, consoante Tema 1073 do STJ, para os casos havidos até 12.01.2000, data anterior à vigência da MP 1.997-34, aplica-se a Súmula nº 70 do STJ, que determina: "Os juros moratórios, na desapropriação direta ou indireta, contam-se desde o trânsito em julgado da sentença."; para os demais, estabelece a MP 1.997-34: "Art. 15-B. Nas ações a que se refere o artigo anterior, os juros moratórios destinam-se a recompor a perda decorrente do atraso no efetivo pagamento da indenização fixada na decisão final de mérito, e somente serão devidos à razão de até seis por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição (NR)".

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Tese firmada pelo STJ, em sede de Tema Repetitivo 184, que dispõe: "O valor dos honorários advocatícios em sede de desapropriação deve respeitar os limites impostos pelo artigo 27, § 1º, do Decreto-lei 3.365/41 - qual seja: entre 0,5% e 5% da diferença entre o valor proposto inicialmente pelo imóvel e a indenização imposta judicialmente."

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Tese firmada pelo STJ, em sede de Tema Repetitivo 397, que dispõe: "A indenização decorrente de desapropriação não encerra ganho de capital, porquanto a propriedade é transferida ao poder público por valor justo e determinado pela justiça a título de indenização, não ensejando lucro, mas mera reposição do valor do bem expropriado. (...) Não-incidência da exação sobre as verbas auferidas a título de indenização advinda de desapropriação, seja por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, porquanto não representam acréscimo patrimonial."

A alternativa D está correta, pois é o teor da Súmula nº 141 do STJ, que determina: "Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente."

A alternativa E está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, firmado em sede de Jurisprudência em Teses de Edição nº 49, que determina: "4) A revelia do desapropriado não implica aceitação tácita da oferta, não autorizando a dispensa da avaliação, conforme Súmula n. 118 do extinto Tribunal Federal de Recursos."

QUESTÃO 15. Nos termos da Lei Federal nº 14.233/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), "a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos". Sobre o tema, é correto o que se afirma em:

- a) A escolha relativa à modalidade de garantia cabe à Administração Pública.
- b) É regular a prestação de garantia contratual na modalidade fiança bancária emitida por empresa que não seja instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.
- c) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 15% (quinze por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- d) O seguro-garantia perderá, automaticamente, a vigência se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- e) Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da prestação de garantias, prevista pela nº 14.233/2021.

A alternativa A está incorreta, pois, de acordo com a Lei nº 14.233/2021, caberá ao contratado a escolha relativa à garantia, veja: "Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (...)".

A alternativa B está incorreta, pois, consoante a Lei nº 14.233/2021, a empresa deverá ser uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, veja: "Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: II - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil."

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com a Lei nº 14.233/2021, nestes casos, a garantia poderá ser de até 5% do valor inicial do contrato ou majorada até 10%, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos, veja: "Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos."

A alternativa D está incorreta, pois neste caso, o seguro-garantia continuará em vigor, nos termos da Lei nº 14.233/2021, veja: "Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei: II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 14.233/2021, veja: "Art. 101. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia."

QUESTÃO 16. Acerca da inexigibilidade de licitação quando inviável a competição, disciplinada na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2012), é correto o que se afirma em:

- a) As hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas no artigo 74 da Lei em referência são taxativas.
- b) A mera existência de corpo jurídico no âmbito da municipalidade, por si só, não inviabiliza a contratação de advogado externo para a prestação de serviço específico para o ente público.
- c) A contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública deverá ser realizada por profissional do setor artístico ou por meio de empresário exclusivo para local específico.
- d) É inexigível a licitação para serviços de publicidade e divulgação.
- e) Para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, não é necessária a certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a inexigibilidade de licitação, prevista na Lei nº 14.133/2012.

A alternativa A está incorreta, pois o entendimento doutrinário é o de que, por utilizar a expressão "em especial", a Lei apenas enumerou alguns casos de inexigibilidade, sendo assim, de forma não-taxativa. Para José dos Santos Carvalho Filho: "No mesmo dispositivo, o legislador, depois de afirmar o sentido da inexigibilidade, acrescenta a locução "em especial". A interpretação que nos parece correta é a de que, firmada a regra pela qual na inexigibilidade é inviável a competição, a lei tenha enumerado situações especiais nos incisos I a III de caráter meramente exemplificativo, não sendo de se excluir, portanto, outras situações que se enquadrem no conceito básico." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está correta, pois é o entendimento fixado pelo STJ, no julgamento do AgRg no HC 669.347/SP, vejamos: "(...) 5) A mera existência de corpo jurídico próprio, por si só, não inviabiliza a contratação de advogado externo para a prestação de serviço específico para o ente público (...)".

A alternativa C está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 14.133/2012, a respeito da inexigibilidade de licitação para contratação de profissional do setor artístico, veja: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;"

A alternativa D está incorreta, pois é o oposto do que determina a Lei, que veda a inexigibilidade nesses casos, observe: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com

profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...)"

A alternativa E está incorreta, pois, neste caso, deverão ser observados os requisitos determinados pela Lei para sua inexigibilidade, veja: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. § 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos: I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos; II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela."

QUESTÃO 17. A respeito dos prazos do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, previstos na Lei nº 9.784/1999, é correto o que se afirma em:

a) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo improrrogável de cinco dias.

b) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de trinta dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

c) Se os pareceres obrigatórios vinculantes e não vinculantes deixarem de ser emitidos no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

d) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de cinco dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

e) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a Lei nº 9784/1999.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o prazo não é improrrogável, nos termos da Lei nº 9784/1999, veja: "Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior."

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com a Lei nº 9784/1999, o prazo é de, no máximo, 15 (quinze) dias, veja: "Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo."

A alternativa C está incorreta, haja vista que o processo somente não terá seguimento caso o parecer seja obrigatório e vinculante, nos termos da Lei nº 9784/1999, veja: "Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. § 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação,

responsabilizando-se quem der causa ao atraso. § 2º Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento."

A alternativa D está incorreta, pois o prazo para tal manifestação será de até 10 (dez) dias, nos termos da Lei nº 9784/1999, veja: "Art. 44. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado."

A alternativa E está correta, pois é o que dispõe a Lei nº 9784/1999, veja: "Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada."

QUESTÃO 18. No tocante à motivação dos atos administrativos, anulação, revogação e convalidação, nos termos da Lei federal nº 9.784/1999, é correto o que se afirma em:

a) Os atos administrativos deverão ser motivados. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

b) Na solução de vários assuntos da mesma natureza, não poderá ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.

c) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, nos casos de efeitos patrimoniais contínuos, decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

e) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a Lei Federal nº 9.784/1999.

A alternativa A está incorreta, pois a motivação aliunde é permitida, nos termos da Lei Federal nº 9.784/1999, vejamos: "Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: (...) § 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato."

A alternativa B está incorreta, pois o meio mecânico poderá ser utilizado, nos termos da Lei Federal nº 9.784/1999, vejamos: "Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: (...) § 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o que determina a Lei Federal nº 9.784/1999, vejamos: "Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

A alternativa D está incorreta, pois conforme a Lei Federal nº 9.784/1999, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo será contado da percepção do primeiro pagamento, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei Federal nº 9.784/1999, veja: "Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."

QUESTÃO 19. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça a respeito dos bens públicos, é correto o que se afirma em:

a) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.

b) Não é possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse.

c) A ocupação indevida de bem público é suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

d) Incide IPVA sobre veículo automotor adquirido, mediante alienação fiduciária, por pessoa jurídica de direito público.

e) Não incide o ISS sobre serviço prestado por empresa pública, integrante da Administração Pública Indireta, que executa atividade econômica sob regime concorrencial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça a respeito dos bens públicos.

A alternativa A está correta, pois consoante a Jurisprudência em Teses, Edição 124, do STJ: "Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião."

A alternativa B está incorreta, pois no julgamento do AgInt no REsp n. 1.642.495/RO, o STJ posicionou-se no sentido de que é possível tal reconhecimento, vejamos: "1.1. É possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse, pois, nesta circunstância, existe apenas a substituição do enfiteuta pelo usucapiente, não trazendo qualquer prejuízo ao Estado. Precedentes." (AgInt no REsp n. 1.642.495/RO, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 23/5/2017, DJe de 1/6/2017.)

A alternativa C está incorreta, pois o STJ possui entendimento em sentido contrário, sumulado: "Súmula 619: A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o STF, no Tema 685 (extensão da imunidade tributária recíproca ao IPVA de veículos adquiridos por município no regime da alienação fiduciária) fixou a seguinte

tese: "Não incide IPVA sobre veículo automotor adquirido, mediante alienação fiduciária, por pessoa jurídica de direito público."

A alternativa E está incorreta, pois o entendimento do STF é no sentido da não extensão de tais privilégios às sociedades de economia mista que tenham o lucro por objeto, veja: "Os privilégios da Fazenda Pública são inextensíveis às sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência ou que tenham como objetivo distribuir lucros aos seus acionistas. Portanto, a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte não pode se beneficiar do sistema de pagamento por precatório de dívidas decorrentes de decisões judiciais (art. 100 da Constituição). Recurso extraordinário ao qual se nega provimento." (RE 599.628, Rel. Min. Carlos Britto, Rel. p/ acórdão Min. Joaquim Barbosa, j. 25.05.2011). Ademais, a Constituição Federal determina: "Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º - A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais; trabalhistas e tributários. § 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado."

QUESTÃO 20. Considerando a Lei que regula o acesso à informação, é correto afirmar que:

- a) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, colaborando à vedação ao anonimato.**
- b) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.**
- c) São permitidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.**
- d) Mesmo sendo o caso de a informação estar disponível quando solicitado o acesso, o órgão ou a entidade pública não precisará disponibilizá-la imediatamente, detendo prazo legal adicional para tanto.**
- e) A informação armazenada em formato digital não poderá ser fornecida nesse formato, mesmo mediante a anuência do requerente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a Lei nº 12.527/2011.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.527/11, vejamos: "Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. § 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação."

A alternativa B está correta, pois é o que estabelece a Lei nº 12.527/11, vejamos: "Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência."

A alternativa C está incorreta, pois tais exigências são vedadas pela Lei nº 12.527/11, vejamos: "Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público."

A alternativa D está incorreta, pois nesse caso, a disponibilização da informação será imediata, consoante Lei nº 12.527/11, vejamos: "Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível."

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Lei nº 12.527/11, veja: "Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. § 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente."

QUESTÃO 21. Considerando o Termo de Parceria e a Lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e institui e disciplina o Termo de Parceria, assinale a alternativa correta:

a) A celebração do Termo de Parceria dispensa consulta aos Conselhos de Políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

b) As cláusulas de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma são cláusulas dispensáveis ao Termo de Parceria.

c) Tal como o contrato de gestão, o termo de parceria é uma modalidade de convênio, que exige a cooperação entre as partes para o fomento e execução de atividades de interesse coletivo.

d) Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira são dispensados de dar ciência imediata ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, em razão da autonomia das partes envolvidas no Termo de Parceria.

e) A cláusula do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é prescindível ao Termo de Parceria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Termo de Parceria, realizado em sede de OSCIP.

A alternativa A está incorreta, haja vista que a lei nº 9.790/1999 determina a consulta a tais conselhos, para a celebração do Termo de Parceria, veja: "Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei. § 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo."

A alternativa B está incorreta, pois a Lei nº 9.790/1999 traz como essenciais tais cláusulas, veja: "Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias. § 2º São

cláusulas essenciais do Termo de Parceria: II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;"

A alternativa C está correta. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Havendo condições de cooperação com a Administração, a lei prevê a celebração de termo de parceria, no qual deverão estar formalizados, de modo detalhado, os direitos e as obrigações dos pactuantes. Por sua natureza, esse negócio jurídico qualifica-se como verdadeiro convênio administrativo, já que as partes têm interesses comuns e visam à mútua cooperação, além do fato de que uma delas será o Poder Público representado por algum de seus órgãos ou pessoas." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, pois contraria a lei nº 9.790/1999, que determina: "Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária."

A alternativa E está incorreta, pois contraria a lei nº 9.790/1999, que estipula indispensável a cláusula de seu objeto, veja: "Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias. § 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria: I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;"

QUESTÃO 22. Quanto aos princípios da licitação, aquele que consiste na exigência de dissociação da competência estatal em atribuições materialmente diversas, atribuídas a sujeitos distintos e que impede que as atribuições compreendidas na competência administrativa sejam exercitadas por um único agente ou por um mesmo órgão, corresponde especificamente ao:

- a) Princípio da segregação de funções.
- b) Princípio da eficiência.
- c) Princípio da impessoalidade.
- d) Princípio da promoção do interesse público.
- e) Princípio da desconcentração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda os princípios da licitação.

A alternativa A está correta, pois, de fato, trata-se do princípio da segregação de funções, que de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Frederico Tadeu Borlot Peixoto: "(...) veda a designação de um mesmo agente público para atuação simultânea nas funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação." (PEIXOTO, Frederico Tadeu Borlot. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>>. Acesso em: 23 de abr. 2024.)

A alternativa B está incorreta, pois o enunciado trata do princípio da segregação de funções. O princípio da eficiência, por sua vez, de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Frederico Tadeu Borlot Peixoto: "O princípio da eficiência preza pela atuação administrativa com o menor dispêndio e melhor

aproveitamento de seus recursos humano, financeiro, etc." (PEIXOTO, Frederico Tadeu Borlot. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>>. Acesso em: 23 de abr. 2024.)

A alternativa C está incorreta, pois o enunciado trata do princípio da segregação de funções. O princípio da impessoalidade, por sua vez, de acordo com o professor do Estratégia Concursos, Frederico Tadeu Borlot Peixoto: "O princípio da impessoalidade preconiza que a Administração deve agir de forma imparcial e sem promoção pessoal dos agentes públicos." (PEIXOTO, Frederico Tadeu Borlot. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>>. Acesso em: 23 de abr. 2024.)

A alternativa D está incorreta, pois o enunciado trata do princípio da segregação de funções. Sobre o princípio da promoção do interesse público, elucida o professor do Estratégia Concursos, Frederico Tadeu Borlot Peixoto: "Por sua vez, os princípios do interesse público e da igualdade decorrem do princípio da impessoalidade, uma vez que preconizam, respectivamente, que a Administração deve zelar pelo interesse público (isso é, deve ser impessoal, não priorizar interesses privados ou alheios à Administração) e deve tratar os licitantes de forma imparcial, como iguais." (PEIXOTO, Frederico Tadeu Borlot. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://cdn.estrategiaconcursos.com.br/>>. Acesso em: 23 de abr. 2024.)

A alternativa E está incorreta, pois a desconcentração não concerne a princípio licitatório, mas trata-se de forma de organização administrativa interna do Estado. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "A desconcentração, que é processo eminentemente interno, significa apenas a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação do serviço. Note-se, porém, que na desconcentração o serviço era centralizado e continuou centralizado, pois que a substituição se processou apenas internamente". (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 23. A publicação extraordinária da decisão condenatória consiste em uma sanção possível de ser aplicada às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846 de 2013, na esfera administrativa. Considerando a assertiva e a Lei referida, assinale a alternativa correta:

- a) A sanção correspondente à publicação extraordinária da decisão condenatória não poderá ser aplicada cumulativamente com outra sanção na Lei prevista, mesmo que fundamentadamente.**
- b) O efeito negativo produzido pela infração não será levado em consideração na aplicação da sanção correspondente à publicação extraordinária da decisão condenatória.**
- c) A aplicação da sanção correspondente à publicação extraordinária da decisão condenatória exclui necessariamente a obrigação de reparação integral do dano causado.**
- d) A consumação ou não da infração não será levada em consideração na aplicação da sanção correspondente à publicação extraordinária da decisão condenatória.**
- e) A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória, prevista na Lei nº 12.846/2013.

A alternativa A está incorreta, pois poderá haver a aplicação cumulativa das sanções, nos termos da Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: II - publicação extraordinária da decisão condenatória. § 1º As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções: V - o efeito negativo produzido pela infração;"

A alternativa C está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: II - publicação extraordinária da decisão condenatória. § 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado."

A alternativa D está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções: III - a consumação ou não da infração;"

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 12.846/2013, veja: "Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: II - publicação extraordinária da decisão condenatória. § 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores."

QUESTÃO 24. Considerando as restrições, limitações e sacrifícios do direito de propriedade, é correto afirmar que o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel caso o mesmo não tenha o destino para que se desapropriou, isto é, a alienação do bem ao próprio expropriado é denominada especificamente de:

- a) Requisição.
- b) Retrocessão.
- c) Tombamento.
- d) Servidão administrativa.
- e) Tredestinação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das intervenções do Estado na propriedade.

A alternativa A está incorreta, pois o enunciado trata do instituto da retrocessão. Tem-se por requisição, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Requisição é a modalidade de intervenção estatal através da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está correta, trata-se da figura da retrocessão; segundo José dos Santos Carvalho Filho: "(...) por ele a entidade que processou a desapropriação do bem oferece-o de volta ao ex-proprietário, pagando o preço atual, isso quando o bem não tiver o destino para o qual fora preordenado, ou se não houver sua utilização em obras e serviços públicos. Consumando-se a retrocessão, a hipótese também implica alienação de bem público. Antes da desapropriação, o bem era privado. Com a desapropriação, transformou-se em bem público, eis que passou a integrar o patrimônio do expropriante (sendo este, é óbvio, pessoa de direito público). Com a retrocessão, o bem volta ao ex-proprietário privado, o que significa que estará ele sendo objeto de alienação." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa C está incorreta, pois o enunciado trata do instituto da retrocessão. O tombamento, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Tombamento é a forma de intervenção na propriedade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural brasileiro. Quando o Estado intervém na propriedade privada para proteger o patrimônio cultural, pretende preservar a memória nacional. É o aspecto histórico de um país, como por todos reconhecido, que faz parte da própria cultura do povo e representa a fonte sociológica de identificação dos vários fenômenos sociais, políticos e econômicos existentes na atualidade." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, pois o enunciado traz o instituto da retrocessão. Já a servidão administrativa, nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Servidão administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo. Cuida-se de um direito real público, porque é instituído em favor do Estado para atender a fatores de interesse público. Por isso, difere da servidão de direito privado, regulada pelo Código Civil e tendo como partícipes da relação jurídica pessoas da iniciativa privada (arts. 1.378 a 1.389, Código Civil)." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa E está incorreta, pois o enunciado trata do instituto da retrocessão. A tredestinação é um instituto diverso, que nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Tredestinação significa destinação desconforme com o plano inicialmente previsto. A retrocessão se relaciona com a tredestinação ilícita, qual seja, aquela pela qual o Estado, desistindo dos fins da desapropriação, transfere a terceiro o bem desapropriado ou pratica desvio de finalidade, permitindo que alguém se beneficie de sua utilização. Esses aspectos denotam realmente a desistência da desapropriação." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 25. A empresa Delta, contribuinte de ICMS, declara e formaliza devidamente o seu débito fiscal. Considerando este ocorrido e a relação de lançamento e constituição definitiva de crédito tributário, é correto afirmar que:

a) A entrega de declaração pela empresa Delta reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

b) A entrega de declaração pela empresa Delta reconhecendo débito fiscal não constitui o crédito tributário, pois todo lançamento depende de uma atuação por parte do ente tributante.

c) O tributo declarado pela empresa Delta não pode ser considerado constituição do crédito tributário, pois compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

d) A entrega de declaração pela empresa Delta reconhecendo débito fiscal constitui obrigação acessória, sendo o lançamento posterior pelo fisco imprescindível à constituição do crédito tributário.

e) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal não constitui o atividade crédito tributário, isto pois administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional, devendo o ente tributante, após a entrega, efetuar o lançamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema constituição do crédito tributário.

A alternativa A está correta. Revela o entendimento da Súmula 436 do STJ: “A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco”.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E contrariam o entendimento sumulado do STJ, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 26. Considerando os princípios tributários e os seus desdobramentos, é correto afirmar que:

a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita aos princípios da anterioridade e da irretroatividade.

b) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade nonagesimal, apenas.

c) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

d) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade, mas não se sujeita ao princípio da irretroatividade.

e) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita a nenhum princípio tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema extinção do crédito tributário.

A alternativa C está correta. Revela o entendimento da Súmula Vinculante 50: “Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade”.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, D e E contrariam a Súmula Vinculante 50, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 27. Dispõe o Código Tributário Nacional, expressamente, quanto ao pagamento, que:

- a) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- b) O pagamento parcial de um crédito importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.
- c) O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento, quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.
- d) A legislação tributária é proibida de conceder desconto pela antecipação do pagamento.
- e) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre sessenta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema pagamento do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o disposto no art. 157 do CTN: “A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário”.

A alternativa B está incorreta, pois contraria o disposto no CTN: “Art. 158. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento: I - quando parcial, das prestações em que se decompõe”.

A alternativa C está correta, pois revela o disposto no CTN: “Art. 158. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento: II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos”.

A alternativa D está incorreta, pois é possível a concessão de desconto pela antecipação do pagamento, conforme art. 160, parágrafo único, do CTN: “A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça”.

A alternativa E está incorreta, pois o vencimento ocorre em trinta dias, e não sessenta, conforme art. 160, *caput*, do CTN: “Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento”.

QUESTÃO 28. Considerando os tributos em espécie, é correto afirmar que o serviço de iluminação pública:

- a) não pode ser remunerado mediante taxa.
- b) pode ser remunerado mediante taxa, pois o seu fato gerador tem caráter específico e divisível.
- c) pode ser remunerado mediante taxa em razão da destinação legal das receitas.
- d) pode ser remunerado mediante imposto.
- e) pode ser remunerado mediante contribuição de melhoria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema tributos em espécie.

A alternativa A está correta, pois revela o teor da Súmula Vinculante 41: “O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa”.

A alternativa B está incorreta, pois contraria o teor da Súmula Vinculante 41, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o teor da Súmula Vinculante 41, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois os impostos são tributos não vinculados, ou seja, não há contraprestação específica por parte do Estado (caso do serviço de iluminação pública), nos termos do art. 16 do CTN: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

A alternativa E está incorreta, pois o fato gerador da contribuição de melhoria é a valorização de imóvel decorrente da realização de obra pública, conforme art. 81 do CTN: “A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado”.

QUESTÃO 29. O Estado X instituiu imposto sobre produtos industrializados nacionais e estrangeiros. Nos termos da Constituição Federal é correto afirmar que o Estado X para a instituição de imposto sobre produto industrializado é:

a) o ente competente para a instituição, já que é de sua competência exclusiva.

b) o ente incompetente para a instituição, já que é de competência dos Municípios.

c) o ente incompetente para a instituição, já que é de competência da União.

d) o ente competente para a instituição, já que é de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal.

e) o ente incompetente para a instituição, já que é de competência do Distrito Federal e dos Municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema competência tributária.

A alternativa C está correta. Revela a inteligência do texto constitucional: “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: IV - produtos industrializados.”

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, D e E contrariam o texto constitucional ao atribuir competência a outros entes que não a União, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 30. Considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) É permitido que os Municípios cobrem tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

b) É vedado aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, incluindo a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

c) É vedado aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais e permitido aos Municípios estabelecer referidas limitações ao tráfego de pessoas.

d) É vedado aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitida a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

e) É vedado aos Municípios instituir impostos sobre bens ou serviços de entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema limitações ao poder de tributar.

A alternativa A está incorreta, pois viola o princípio da irretroatividade estabelecido na Constituição: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado”.

A alternativa B está incorreta, pois é possível ao Município (e demais entes) a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público, conforme expressamente consignado no texto constitucional: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público”.

A alternativa C está incorreta, pois não é possível ao Município (e demais entes) estabelecer limitação ao tráfego de pessoas, conforme art. 150, V, da CF, transcrito nos comentários à alternativa B.

A alternativa D está incorreta, pois a distinção em razão da ocupação profissional não é permitida, conforme a Constituição: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que

se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos”.

A alternativa E está correta, pois revela o teor do texto constitucional após a aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária): “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)”.

QUESTÃO 31. A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

b) Somente as receitas dos Estados destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

c) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

d) Somente as receitas dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

e) As receitas dos Estados destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda os temas orçamento público e receita pública.

A alternativa C revela o teor do art. 195, § 1º, da CF: “As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União”.

As demais situações indicadas nas alternativas A, B, D e E ora restringindo os entes, ora afirmando que as receitas integrarão o orçamento da União, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 32. Nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

a) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

b) A ação para a cobrança do crédito tributário decai em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

c) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da notificação para pagamento.

d) O protesto judicial não interrompe o prazo da ação para cobrança do crédito tributário, que prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

e) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor não interrompe o prazo da ação para cobrança do crédito tributário, que decai em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema prescrição para cobrança do crédito tributário.

A alternativa A está correta, pois revela o teor do art. 174, *caput*, do CTN: “A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva”.

A alternativa B está incorreta, pois se trata de prazo prescricional para cobrança do crédito tributário, conforme art. 174, *caput*, do CTN. O prazo decadencial se refere ao prazo para constituição do crédito tributário, e não ao ajuizamento da execução fiscal, conforme estipulado no art. 173 do CTN: “O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: (...)”

A alternativa C está incorreta, pois o prazo deve ser contado da data da constituição definitiva, e não da data da notificação para pagamento, conforme art. 174 do CTN transcrito no comentário à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois o protesto judicial é uma das formas de interrupção da prescrição, conforme parágrafo único do art. 174 do CTN: “A prescrição se interrompe: II - pelo protesto judicial;”.

A alternativa E está incorreta, pois (i) trata-se de prazo prescricional e não decadencial, conforme comentários à alternativa B e (ii) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor tem o condão de interromper a prescrição, conforme parágrafo único do art. 174 do CTN: “A prescrição se interrompe: III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor”.

QUESTÃO 33. Nos termos do Código Tributário Nacional é correto afirmar que o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará também e não somente:

a) obrigatoriamente, a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

b) facultativamente, a data em que foi inscrita.

c) facultativamente, a origem e natureza do crédito.

d) obrigatoriamente, a data em que foi inscrita.

e) obrigatoriamente, a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente disposição da lei em que seja fundado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, de acordo com a banca. Todavia, entendemos que estão corretas as letras A, D e E. A questão aborda o tema dívida ativa.

A alternativa A está correta, pois revela o teor do art. 202, II, do CTN: “O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos”.

A alternativa B está incorreta, pois se trata indicação obrigatória e não facultativa, nos termos do art. 202, IV, do CTN: “O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a data em que foi inscrita;”

A alternativa C está incorreta, pois se trata indicação obrigatória e não facultativa, nos termos do art. 202, III, do CTN: “O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;”

A alternativa D está correta, pois revela o teor do art. 202, IV, do CTN: “O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a data em que foi inscrita”.

A alternativa E está correta, pois revela o teor do art. 202, III, do CTN: “O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado”.

QUESTÃO 34. Assinale a alternativa correta considerando o Código Tributário Nacional e as disposições quanto à exclusão do crédito tributário.

a) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

b) A isenção necessariamente é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.

c) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

e) A isenção é decorrente de lei, permitida a delegação para ato infralegal que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema exclusão do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta, pois a exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, conforme art. 175, parágrafo único, do CTN: “A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente”.

A alternativa B está incorreta, pois a isenção não é extensiva às taxas e contribuições de melhoria, salvo lei em contrário, conforme o CTN: “Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva: I - às taxas e às contribuições de melhoria”

A alternativa C está correta, pois revela corretamente a inteligência do CTN: “Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva: II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão”.

A alternativa D está incorreta, pois há a possibilidade de a isenção ser restrita a determinada região do território do ente tributante, conforme parágrafo único do art. 176 do CTN: “A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares”.

A alternativa E está incorreta, pois as condições e requisitos exigidos para sua concessão deverão ser estabelecidos por lei, conforme art. 179, *caput*, do CTN: “A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão”.

QUESTÃO 35. Para os efeitos da Lei nº 4.320 de 1964, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades beneficiadas diz respeito ao conceito de:

a) transferências correntes.

b) subvenções.

c) investimentos.

d) inversões decorrentes de parceria.

e) transferências de capital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema classificação da despesa pública.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei nº 4.320/1964 classifica transferências correntes da seguinte forma no art. 12: “§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado”.

A alternativa B está correta, pois o enunciado realmente revela situação caracterizada como subvenção pelo art. 12 da Lei nº 4.320/1964: “§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como: (...)”.

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 4.320/1964 classifica investimento da seguinte forma no art. 12: “§ 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro”.

A alternativa D está incorreta, pois (i) a Lei nº 4.320/1964 não dispõe da classificação “inversões decorrentes de parceria” e (ii) a mesma Lei classifica inversão financeira da seguinte forma no art. 12: “§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros”.

A alternativa E está incorreta, pois a Lei nº 4.320/1964 classifica transferência de capital da seguinte forma no art. 12: “§ 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública”.

QUESTÃO 36. Considerando a disciplina constitucional de pagamento dos precatórios, é correto afirmar que:

a) A cessão de precatórios produzirá efeitos mesmo antes da comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

b) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

c) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de sustentação oral, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

d) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem, apenas.

e) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, à entidade devedora, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema precatórios.

A alternativa B está correta. Revela a inteligência do art. 100, § 14, da CF: “A cessão de precatórios, observado o disposto no § 9º deste artigo, somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor.”

As demais situações indicadas nas alternativas A, C, D e E contrariam o dispositivo indicado, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 37. “É _____ a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.”.

Considerando o trecho citado, quanto à disciplina constitucional de pagamento dos precatórios, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) obrigatória.
- b) facultada.
- c) automática.
- d) permitida.
- e) parcialmente permitida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, de acordo com a banca. A questão aborda o tema precatórios.

Todavia, entendemos que não há alternativa correta, conforme dispõe o art. 100, § 5º, da CF: “É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)”. Assim, como o trecho citado traz redação já alterada, não há alternativa correta quanto à disciplina constitucional de pagamento dos precatórios.

QUESTÃO 38. É correto afirmar, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, que considera-se obrigatória e de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a:

- a) um exercício.
- b) dois exercícios.
- c) três exercícios.
- d) quatro exercícios.
- e) cinco exercícios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC.

A alternativa B está correta. Pois revela a inteligência do art. 17, *caput*, da LRF: “Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.”

As demais situações indicadas nas alternativas A, C, D e E contrariam o dispositivo indicado ao veicularem períodos incorretos, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 39. Quanto à previsão e arrecadação da receita pública, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que:

a) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, por no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

b) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo não será admitida nem se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

c) O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

d) Não constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente

e) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema receita pública.

A alternativa A está correta, pois revela a literalidade do art. 12, § 3º, da LRF: “O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo”.

A alternativa B está incorreta, pois se admite reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo em caso de comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, conforme art. 12, § 1º, da LRF: “Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal”.

A alternativa C está incorreta, pois o montante previsto para receita de operação de crédito não pode ser superior ao das despesas de capital (regra de ouro), conforme art. 12, § 2º, da LRF: “O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária”.

A alternativa D está incorreta, pois a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, conforme art. 11, *caput*, da LRF: “Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”.

A alternativa E está incorreta, pois, da forma como redigida, não permite identificar os requisitos previstos no art. 12, § 1º, da LRF (vide comentários à alternativa B).

QUESTÃO 40. Sobre os princípios orçamentários, assinale a alternativa INCORRETA:

a) pelo princípio da universalidade todas as receitas e despesas devem estar previstas na lei orçamentária, não havendo possibilidade de qualquer exclusão. A súmula 66 do STF rompe, porém, com a universalidade, pois basta que o tributo seja instituído ou aumentado no exercício anterior, para que possa ser cobrado no exercício seguinte, independente, pois, de previsão na peça orçamentária.

b) a anualidade prevê que o orçamento deva ser atualizado todos os anos, ou seja, para cada ano haja um orçamento. Antes vista como princípio, a anualidade não mais vigora sob caráter absoluto, porque ao lado do orçamento anual há o plurianual.

c) no princípio da exclusividade não pode o texto da lei orçamentária instituir tributo, por exemplo, nem qualquer outra determinação que fuja às finalidades específicas de previsão de receita e fixação de despesa. O próprio dispositivo abre exceções expressamente previstas: a abertura de crédito suplementar e contratações de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita.

d) de acordo com o princípio da não afetação, são vedadas as vinculações de receita de impostos, taxas e contribuições a órgão, fundo ou despesa. Há exceções: a primeira se refere à vinculação de recursos para o ensino; a segunda se refere à saúde; e também para a realização de atividades da administração tributária e para a formação do fundo de participação dos municípios.

e) pelo princípio da unidade a peça orçamentária deve ser única e uma só, contendo todos os gastos e receitas. Trata-se de princípio formal, isto é, o documento é único.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme a banca. Todavia, entendemos que estão corretas as letras B e D. A questão aborda o tema princípios orçamentários.

A alternativa A está incorreta, pois apresenta uma assertiva verdadeira. Com efeito, Pelo Princípio da Universalidade, o orçamento deve conter todas as despesas e as receitas, compreendendo o orçamento fiscal, orçamento de investimento e orçamento da seguridade social. Por sua vez, a Súmula 66 do STF, que possui a redação “É legítima a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro”, permite a cobrança de tributo (auferimento de receita, portanto) sem que esteja prevista no orçamento.

A alternativa B está correta, pois apresenta uma inverdade, uma vez que o princípio da anualidade não conflita com a existência do plano plurianual, já que a anualidade se refere especificamente à Lei Orçamentária Anual, prevista no artigo 165, III da CF/88 e no artigo 2º da Lei 4.320/1964. Importante destacar que o Plano Plurianual tem finalidades específicas para finanças públicas brasileiras, destacadamente o estabelecimento de forma regionalizada, das diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, tendo vigência de 4 anos.

A alternativa C está incorreta, pois apresenta uma assertiva verdadeira. O Princípio da Exclusividade apregoa que a Lei Orçamentária Anual não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa. O Brasil adotou um princípio mitigado, já que possui algumas exceções no texto constitucional. “Art. 165. (...) § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei”.

A alternativa D está correta, pois apresenta uma inverdade, uma vez que o Princípio da Não Afetação impede, como regra, a vinculação apenas das receitas dos impostos a qualquer órgão, fundo ou despesa, não se aplicando para as demais espécies tributárias. Nesse sentido é o texto constitucional “Art. 167. São vedados: IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo”.

A alternativa E está incorreta, pois apresenta uma assertiva verdadeira. Com efeito, o princípio da unidade estabelece que deverá existir um único orçamento para cada ente da Federação, conforme art. 2º, da Lei nº 4.320/1964: “A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.”

QUESTÃO 41. A respeito da evicção, é possível afirmar:

- a) se houver perda da coisa adquirida em virtude de decisão judicial, o evicto deverá convocar o alienante imediato, incluindo os anteriores, à integração da lide, se proposta uma ação para evencer o bem adquirido, para que respondam pelas consequências, assumindo a defesa, pois só assim poderá exercer o direito que da evicção lhe resulta.**
- b) não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta de der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, ainda que ciente do risco da evicção, ou de não tê-lo assumido.**
- c) para o direito que da evicção lhe resulta, independe o evicto da denúncia da lide ao alienante, podendo fazê-la, se lhe parecer conveniente, pelos princípios da economia e da celeridade processuais.**
- d) pode o adquirente demandar pela evicção, ainda que ciente de que a coisa era litigiosa.**
- e) perdida a propriedade do bem, o evicto há de ser indenizado com importância que lhe garanta o equivalente ao valor da coisa, na época em que se evenceu, ficando estabelecido que tal garantia se resolve na devolução do que foi pago, com correção monetária, independentemente do valor correspondente à perda sofrida na data da efetiva restituição.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Consoante ao artigo 125, § 1º, do Código de Processo Civil: O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denúncia da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 449 do Código Civil: Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.

A alternativa C está correta. Trata-se do previsto no artigo 125, § 1º, do Código de Processo Civil, que faculta ao lesado o ajuizamento de ação autônoma para exercer os direitos que da execução lhe assiste: O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denúncia da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 457 do Código Civil: Não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.

A alternativa E está incorreta. Conforme determina o parágrafo único do artigo 450 do Código Civil: O preço, seja a evicção total ou parcial, será o do valor da coisa, na época em que se eventou, e proporcional ao desfalque sofrido, no caso de evicção parcial. Por outro lado, determina o artigo 455 do Código Civil que: Se parcial, mas considerável, for a evicção, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido. Se não for considerável, caberá somente direito a indenização.

QUESTÃO 42. Com relação ao mandato, assinale a opção correta:

a) conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação unilateral terá eficácia e se dará a sua extinção pela morte de qualquer das partes.

b) procuração e mandato são institutos de naturezas jurídicas diversas: a procuração é negócio jurídico unilateral; o mandato, contrato que é, apresenta-se como negócio jurídico bilateral.

c) a procuração em causa própria pode ser considerada título translativo de propriedade.

d) o mandato em termos gerais confere poderes de administração, podendo alienar, hipotecar, transigir, ou praticar quaisquer outros atos da administração ordinária, independe de procuração de poderes especiais e expressos. O poder de transigir não importa o de firmar compromisso.

e) quando o código civil diz que a procuração é o instrumento do mandato, indica que a procuração é a forma substancial do mandato, evidenciando que a procuração e o mandato devem necessariamente conter os mesmos poderes, sob pena de nulidade de ambos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 685 do Código Civil: Conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas, e podendo transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.

A alternativa B está correta. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.345.170/RS, referente à natureza da procuração em causa própria, apontou que: “A noção exata do instituto se evidencia ao se comparar a procuração e o mandato. De fato, é de toda conveniência não se confundir os institutos, notadamente por possuírem naturezas jurídicas diversas: a procuração é negócio jurídico unilateral; o mandato, como contrato que é, apresenta-se como negócio jurídico geneticamente bilateral. De um lado, há uma única declaração jurídico-negocial, de outro, duas declarações jurídico-negociais que se conjugam por serem congruentes quanto aos meios e convergentes quanto aos fins”.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, “A procuração em causa própria (in rem suam) não é título translativo de propriedade” (STJ. 4ª Turma. REsp 1.345.170-RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 04/05/2021 - Info 695).

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 661 do Código Civil: O mandato em termos gerais só confere poderes de administração. §1º Para alienar, hipotecar, transigir, ou praticar outros quaisquer atos que exorbitem da administração ordinária, depende a procuração de poderes especiais e expressos. §2º O poder de transigir não importa o de firmar compromisso.

A alternativa E está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.345.170/RS, referente à natureza da procuração em causa própria, apontou que: “1. CONCEITO DE PROCURAÇÃO. - Já vimos que a confusão entre mandato e procuração revela que se não aprofundou o estudo dos institutos. Pode alguém ser mandatário sem ser, ou ainda sem ser procurador, e o procurador pode não ser mandatário, ou ainda não no ser. A revogação dos poderes de procura deixa intacto o contrato de mandato e o mandante, que revogou o mandato, tem de revogar a procuração. Quando a lei diz que a procuração é o instrumento do mandato [...], apenas pode ser entendida como se dissesse que a procuração pode ser um dos instrumentos - o mais eficiente - do mandato. Pode haver mandato oral, a procuração, essa, tem de ser por escrito. Procura é o instrumento pelo qual alguém, pessoa física ou jurídica, outorga a outrem poderes de representação [...]. 2. PRECISÕES CONCEPTUAIS. - Quando o Código Civil diz, no art. 1.288, 2.a alínea, que a procuração é o instrumento do mandato, não faz da procuração a forma, o documento do mandato; apenas se referiu ao que mais acontece: fazer-se a procuração para que mais facilmente se exerçam os poderes a que alude o mandato e podem ser diferentes daqueles que se mencionam no escrito ou no contrato oral de mandato”. Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Livro Digital Interativo. Curso para Procurador – PGM – Guarulhos SP. Direito Civil. Aula 4.8.14.”

QUESTÃO 43. Em relação à posse, indique a alternativa FALSA:

- a) Perde-se a posse pela perda da própria coisa, ainda que não haja desistência da busca do bem. No caso de título ao portador, o dono poderá obter novo título em juízo e impedir que sejam pagos a outrem capital e rendimentos.**
- b) é admissível a oposição de embargos de terceiro fundado em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda, ainda que desprovido de registro.**
- c) o constituto possessório pode acarretar a perda da posse.**
- d) o ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.**

e) perde-se a posse pela destruição da coisa decorrente de evento natural ou fortuito, de ato do próprio possuidor ou de terceiro, inutilizando definitivamente e impossibilitando o exercício do poder de utilizar, economicamente, o bem por parte do possuidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois é a única que traz uma inverdade.

A alternativa A está correta. Os modos de perda se subdividem em três categorias, a depender da perda do corpus, do animus ou de ambos, segundo a literatura. Veja-se que, nesse caso, ainda se utiliza da “Teoria subjetiva” de Savigny. A ausência do corpus ocorre quando certos fatos impedem a posse, contra a vontade do possuidor, e somente quando há impossibilidade de utilização da coisa. Se, ainda que potencialmente o poder existe, mantém-se a posse. É o caso da perda da coisa propriamente dita.

A alternativa B está incorreta. Nos termos da Súmula 84 do Superior Tribunal de Justiça: É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 1.267 do Código Civil: A propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição. Parágrafo único. Subentende-se a tradição quando o transmitente continua a possuir pelo constituto possessório; quando cede ao adquirente o direito à restituição da coisa, que se encontra em poder de terceiro; ou quando o adquirente já está na posse da coisa, por ocasião do negócio jurídico. No constituto possessório está ausente o elemento *animus*. Nesse caso, passa o possuidor a exercer a posse em nome alheio, pelo que a posse se perde.

A alternativa D está incorreta. Trata-se da literalidade da Súmula 637 do Superior Tribunal de Justiça: O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

A alternativa E está incorreta. A alternativa elencou hipóteses em que a coisa deixa de exigir materialmente, o que implica na impossibilidade de exercício da posse por ausência de objeto. Trata-se, portanto, de causa de perda da posse.

Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Livro Digital Interativo. Curso para Procurador – PGM – Guarulhos SP. Direito Civil. Aula 6.11.

QUESTÃO 44. Quando se trata de responsabilidade civil, é correto dizer:

- a) a responsabilidade civil é a aplicação de sanções para ações ou omissões que prejudiquem outras pessoas, desde que intencionais, podendo versar, inclusive, sobre atos cometidos por terceiros.**
- b) são civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, o autor do escrito e o diretor do veículo de divulgação.**
- c) no seguro de responsabilidade civil facultativo, cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.**
- d) as instituições financeiras respondem subjetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.**

e) constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade civil não decorre, necessariamente, de atos intencionais. É possível o nascimento da obrigação de reparar o dano em razão de atos culposos, por negligência ou imprudência. Nos termos do artigo 186 do Código Civil: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 221 do STJ: São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

A alternativa C está incorreta. Nos termos da Súmula 529 do STJ: No seguro de responsabilidade civil facultativo, não cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.

A alternativa D está incorreta. Consoante à Súmula 297 do STJ: As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.”

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade da Súmula 532 do STJ: Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.

QUESTÃO 45. No que tange à prescrição, assinale a alternativa correta:

a) prescreve em dez anos a ação para haver indenização, por responsabilidade civil, de sociedade de economia mista.

b) prescreve em 20 anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra.

c) a renúncia da prescrição deve ser expressa e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

d) suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, a todos os outros se aplica, ainda que a obrigação seja divisível.

e) nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, mesmo nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme gabarito preliminar. No entanto, a questão é passível de recurso, haja vista que o teor da alternativa encontra-se superada com a vigência do Código Civil de 2002.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 39 do STJ: Prescreve em vinte anos a ação para haver indenização, por responsabilidade civil, de sociedade de economia mista.

A alternativa B está correta. Nos termos da Súmula 194 do STJ: "Prescreve em vinte anos a ação para obter, do construtor, indenização por defeitos da obra". Contudo, tal entendimento está superado após o advento do Código Civil de 2002, que estabeleceu como prazo prescricional máximo o lapso temporal de 10 anos. Nesse sentido é o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "O prazo prescricional da ação para obter, do construtor, indenização por defeito da obra na vigência do Código Civil de 2002 é de 10 anos (STJ. 3ª Turma. AgRg no REsp 1.551.621/SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 24/5/2016)."

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 191 do Código Civil: Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o artigo 201 do Código Civil: "Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível".

A alternativa E está incorreta. Nos termos da Súmula 573 do STJ: Nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução.

QUESTÃO 46. Indique a afirmativa INCORRETA quando tratamos de ato ilícito:

- a) o ato ilícito se divide em subjetivo e objetivo; o primeiro relacionado ao estado de consciência e o segundo com a conduta e o abuso de direito.**
- b) aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito, ficando obrigado a repará-lo.**
- c) também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.**
- d) depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.**
- e) caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado. A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois é a única que traz uma inverdade.

A alternativa A está incorreta. Ato ilícito subjetivo (art. 186, CC) se relaciona ao estado de consciência, enquanto o ato ilícito objetivo (art. 187, CC) se relaciona com a conduta e o abuso de direito. Veja: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes."

A alternativa B está incorreta. Trata-se da literalidade do artigo 186 do Código Civil: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

A alternativa C está incorreta. Conforme prevê o artigo 187 do Código Civil: Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

A alternativa D está correta. Nos termos da Súmula 406 do STJ: Indepe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

A alternativa E está incorreta. Nos termos da Súmula 370 do STJ: Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado. Por sua vez, dispõe a Súmula 388 do STJ: A devolução indevida de cheque sem fundos acarreta a responsabilidade de indenizar razoavelmente o dano moral correspondente, que prescinde da prova de prejuízo.

QUESTÃO 47. A respeito da tutela provisória, é correto afirmar:

a) a concessão de tutela de urgência "*inaudita altera pars*" é uma exceção ao princípio da cooperação, que prevê o dever de consulta pelo juiz, ouvindo as partes, antes de analisar qualquer questão.

b) para a concessão da tutela de urgência, não é cabível a exigência de caução, real ou fidejussória, ou qualquer espécie de garantia, podendo, porém, ser prevista sua obrigatoriedade por negócio jurídico processual.

c) se a tutela de urgência for revogada haverá uma responsabilidade objetiva do requerente. Logo, o juiz não pode conceder de ofício a tutela antecipada.

d) não é possível antecipar a tutela em ação declaratória e em ação constitutiva, vez que o adiantamento resultaria em efeitos práticos decorrentes da declaração ou da constituição.

e) a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão é requisito próprio da tutela antecipada, elemento definido no conceito de estabilização da tutela antecipada antecedente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata de temas diversos relativos às tutelas provisórias.

A alternativa A está correta. O princípio da cooperação, estabelecido no art. 6º do CPC, é responsável por impor diversos às partes, e, também, ao próprio juiz. Os deveres impostos ao juiz são costumeiramente divididos em quatro categorias, que são: dever de esclarecimento, dever de prevenção, dever de auxílio e dever de consulta. Para responder essa questão, era necessário ter conhecimento do dever de consulta, que consiste, basicamente, na obrigatoriedade de o juiz ouvir as partes antes de decidir sobre uma matéria, mesmo que ela seja de ordem pública. Além de outros dispositivos, esse dever está materializado nos arts. 9º e 10 do CPC: “Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”. Todavia, apesar de essa ser a regra geral, o inciso I do parágrafo único do art. 9º do CPC

excepciona essa exigência para a decisão proferida no âmbito da tutela provisória de urgência, de modo que, consequentemente, é possível afirmar que ela é uma exceção ao dever de consulta, que é uma das facetas do princípio da cooperação.

A alternativa B está incorreta. Por expressa disposição legal, é possível que o juiz subordine a concessão da tutela de urgência ao oferecimento, por parte de quem realizar o requerimento, de uma caução real ou fidejussória idônea, que se destina a ressarcir os eventuais danos que a outra parte possa vir a sofrer com a implementação da tutela. Essa possibilidade está no §1º do art. 300 do CPC: “Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la”.

A alternativa C está incorreta. Apesar de existir uma controvérsia doutrinária a respeito do tema, é possível afirmar que a corrente majoritária (Daniel Assumpção, Cássio Scarpinella Bueno e Daniel Mitidiero, por exemplo) entende que, em situações excepcionais, ainda que não haja previsão legal, o juiz está autorizado a conceder uma tutela provisória de ofício, com base no seu poder geral de cautela (art. 297, CPC). Essas hipóteses excepcionais, em suma, seriam aquelas nas quais a não concessão da tutela implicaria no perecimento de seu direito. Isso pode ser verificado, por exemplo, no seguinte precedente do STJ: “Não contraria o princípio da adstrição o deferimento de medida cautelar que diverge ou ultrapassa os limites do pedido formulado pela parte, se entender o magistrado que essa providência milita em favor da eficácia da tutela jurisdicional” (AgInt na Pet 15.420, 2022). Além disso, a título de complementação, podemos citar o art. 4º da Lei 5.478/1968, que, nas ações de alimentos, autoriza o magistrado a fixar alimentos provisórios em favor do autor independentemente de pedido expresso (trata-se, portanto, de uma concessão de tutela provisória de ofício).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, o STJ possui o entendimento de que, mesmo nas ações meramente declaratórias ou constitutivas, é possível a antecipação dos efeitos da tutela, desde que estejam presentes todos os requisitos legais (notadamente a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo). A título de exemplo, vejamos o seguinte julgado, proferido ainda na égide do CPC anterior: “Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, é cabível, em tese, a antecipação dos efeitos da tutela em toda ação de conhecimento, seja declaratória, seja constitutiva (negativa ou positiva), condenatória ou mandamental, desde que se façam presentes os requisitos do art. 273, CPC” (STJ, AgRg no AREsp 521.327, 2015).

A alternativa E está incorreta. De fato, o CPC estabelece a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão como um requisito próprio da tutela antecipada, como se vê no §3º do art. 300: “A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão”. Todavia, a parte final da alternativa está incorreta, porque essa irreversibilidade não possui qualquer relação com a estabilização dos efeitos da tutela antecipada. Na verdade, a estabilização consiste na perpetuação da tutela antecipada antecedente, que irá vigorar até que seja ajuizada uma eventual ação autônoma para rever, reformar ou invalidar a decisão em questão (art. 304, §6º, CPC), enquanto a irreversibilidade dos efeitos da decisão consiste em um requisito negativo da tutela antecipada (ou seja, não pode estar presente) e que, em suma, impede a concessão da tutela nas hipóteses em que não for permitido o futuro retorno das partes ao estado inicial, tendo em vista que, nessa situação, a tutela não seria mais provisória, e, sim, definitiva. Além disso, a irreversibilidade se aplica tanto para a tutela antecipada incidental quanto para a tutela antecipada antecedente, logo, ela não está definida no conceito de estabilização da tutela antecedente.

QUESTÃO 48. Sobre precedentes e súmulas dos tribunais superiores assinale a alternativa incorreta:

a) súmulas de jurisprudência são as orientações resultantes de um conjunto de decisões proferidas com o mesmo entendimento sobre determinada matéria. Pelo código de processo civil os tribunais têm o dever de uniformizar sua jurisprudência, por meio da edição de enunciados e súmulas.

b) o código de processo civil confere tratamento e relevância processual ao precedente, disciplinando a criação, a aplicação e a superação de precedentes, objetivando dar mais segurança jurídica e isonomia à produção judicial, além de mitigar as ações repetitivas.

c) as decisões proferidas em julgamento de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos fixam tese jurídica que deverá ser observada pelos juízes e tribunais em casos idênticos.

d) o código de processo civil teve a preocupação de demonstrar que a súmula não é provimento judicial autônomo, mas deve se ater às circunstâncias fáticas e jurídicas dos precedentes que a gerou.

e) é válida a decisão que invoca enunciado de súmula sem identificar seus fundamentos determinantes, a fim de evitar verbetes inúteis à finalidade do julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, já que é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata de regras relativas aos precedentes e às súmulas dos tribunais superiores.

A alternativa A está incorreta. A súmula, de fato, constitui uma orientação consolidada que é resultante de um conjunto de decisões semelhantes a respeito de uma determinada matéria. Em outras palavras, trata-se da solidificação da jurisprudência dominante em um determinado Tribunal. Além disso, os Tribunais possuem, sim, o dever de editar enunciados de súmulas que representem a sua jurisprudência dominante, como se vê a partir da leitura do §1º do art. 926 do CPC: “Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante”.

A alternativa B está incorreta. De fato, os precedentes receberam tratamento pelo próprio CPC, que, dentre outras matérias, regulamentou os institutos do *distinguishing* e do *overruling*, que dizem respeito, respectivamente, à aplicação e à superação de precedentes. No *distinguishing*, evita-se a aplicação do precedente por meio da demonstração de que, naquele caso concreto, há uma questão fática ou jurídica que não foi considerada e examinada no momento da formação do precedente. Por outro lado, no *overruling*, realiza-se a superação do entendimento já consagrado e definido no precedente, que, portanto, será substituído por um outro entendimento. A título de exemplo, o CPC define que as decisões que deixarem de seguir um determinado precedente sem demonstrar a existência de distinção ou de superação serão tidas como não fundamentadas e, portanto, inválidas (art. 489, §1º, VI); além disso, ele autoriza que a parte tente demonstrar a distinção entre a questão debatida no seu processo e aquela que será julgada no âmbito de outro recurso especial ou extraordinário afetado sob o rito dos recursos repetitivos, com o intuito de evitar o sobrestamento do seu processo (art. 1.037, §9º). Por fim, de fato, o sistema de precedentes judiciais visa conferir maior segurança jurídica e isonomia à produção judicial, pois evita que os jurisdicionados que estejam sob condições idênticas recebam soluções distintas para os seus processos, e também mitiga as

ações repetitivas, pois, uma vez fixado um precedente vinculante por um Tribunal, os demais órgãos judiciais poderão replicá-lo em outros casos concretos, de modo a impedir que o mesmo Tribunal tenha de decidir a mesma tese jurídica por diversas vezes.

A alternativa C está incorreta. De fato, a decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou nos recursos extraordinário e especial repetitivos possui o condão de fixar uma tese jurídica que passa a ser aplicada aos casos idênticos, por serem hipóteses de precedentes vinculantes, que, portanto, devem ser observados pelos juízes e Tribunais. Isso pode ser verificado, por exemplo, a partir da leitura dos seguintes dispositivos do CPC: “Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região; II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986. [...] Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada”.

A alternativa D está incorreta. A edição de uma súmula deve levar em consideração as circunstâncias que motivaram a sua criação, pois, posteriormente, ela será aplicada aos casos concretos que versem sobre idêntica questão de fato e de direito. Isso pode ser encontrado no §2º do art. 926 do CPC: “Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação”.

A alternativa E está correta. Na verdade, ao aplicar uma súmula a um determinado caso concreto, o magistrado não poderá simplesmente invocá-la, mas, sim, ele deverá identificar os seus fundamentos determinantes e explicar por quais motivos o caso concreto que está sendo julgado se adequa a esses fundamentos. Isso está expresso no seguinte parágrafo do art. 489 do CPC: “§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos”.

QUESTÃO 49. No incidente de desconsideração da personalidade jurídica se verifica:

a) presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução para o sócio-gerente.

b) o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 05 (cinco) dias.

c) concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença, e se a decisão for proferida pelo relator, cabe embargos infringentes.

d) acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será anulada de pleno direito, "ex tunc" e "erga omnes".

e) o pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica tem requisitos próprios, em rol taxativo previsto no mesmo capítulo do código de processo civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de temas diversos relativos à desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está correta, pois reproduz boa parte da integralidade da Súmula 435 do STJ, que diz: “Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente”. Esse entendimento trata especificamente da execução fiscal, seja de dívida ativa tributária ou de dívida ativa não-tributária, e afirma a possibilidade de redirecionamento da execução fiscal em desfavor do sócio-gerente na hipótese em que a empresa deixar de funcionar no seu domicílio fiscal sem realizar a devida comunicação aos órgãos competentes (trata-se de uma infração à lei, o que autoriza o referido redirecionamento).

A alternativa B está incorreta. Essa alternativa está quase integralmente correta, mas o erro está no prazo para a manifestação do sócio ou da pessoa jurídica, que, na verdade, é de 15 dias. Isso pode ser encontrado no art. 135 do CPC: “Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias”.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, quando em primeiro grau de jurisdição, é resolvido por meio de decisão interlocutória, logo, cabe a interposição de agravo de instrumento contra essa decisão. Por sua vez, se ele for resolvido pelo relator no âmbito de um Tribunal, o recurso cabível será o agravo interno. Essas afirmações podem ser comprovadas pela leitura do seguinte dispositivo do CPC: “Art. 136. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória. Parágrafo único. Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo interno”.

A alternativa D está incorreta. Não se trata de uma hipótese de anulação do ato de alienação ou oneração de bens, mas, sim, de um mero caso de ineficácia em relação ao requerente. Em outras palavras, o ato permanecerá válido, apenas não produzirá efeitos para o requerente que teve o pedido de desconsideração deferido. Veja o art. 137 do CPC: “Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente”.

A alternativa E está incorreta. A desconsideração inversa da personalidade jurídica é aquela que permite a responsabilização da pessoa jurídica pelas dívidas originalmente contraídas pelos seus sócios. A expressão “inversa” advém do fato de que a desconsideração tradicional, por outro lado, é utilizada para responsabilizar os sócios pelas dívidas das pessoas jurídicas. Todavia, ao contrário do que afirmado nessa alternativa, os requisitos da desconsideração inversa não estão expressos no CPC, logo, eles devem ser buscados na legislação material, notadamente no art. 50, §§1º, 2º e 3º, do Código Civil: “§1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. §2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. § 3º O disposto no *caput* e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica”.

QUESTÃO 50. Indique a alternativa que melhor corresponde ao recurso extraordinário:

a) o pedido de concessão do efeito suspensivo pode ser formulado por requerimento dirigido ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a interposição do recurso e sua distribuição.

b) é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso abrange todos eles.

c) após o juízo de admissibilidade, se positivo, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal, desde que o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação; ou quando o recurso tenha sido selecionado como representativo de controvérsia; ou quando o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamentos de recursos repetitivos.

d) não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.

e) pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de temas diversos relativos ao recurso extraordinário.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário somente deverá ser dirigido ao tribunal superior respectivo no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição. Por outro lado, entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão, o pedido deverá ser feito ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido. Essa sistemática está no seguinte parágrafo do art. 1.029 do CPC: “§ 5º O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido: I – ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo; II - ao relator, se já distribuído o recurso; III – ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037”.

A alternativa B está incorreta. Essa alternativa contraria a literalidade da Súmula 283 do STF, que dispõe o seguinte: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”. Portanto, se a decisão que o recorrente deseja questionar por meio do recurso extraordinário possuir mais de um fundamento, o seu recurso deverá conter uma manifestação a respeito de todos aqueles fundamentos, sob pena de inadmissibilidade.

A alternativa C está correta. Essa alternativa trata do momento processual em que, após a apresentação do recurso extraordinário e das contrarrazões, o presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido (em regra, TJ ou TRF) realiza o juízo de admissibilidade do recurso e, caso ele seja positivo, efetua a sua remessa ao STF, como se vê a partir da leitura deste dispositivo do CPC: “Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

[...] V – realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que: a) o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos; b) o recurso tenha sido selecionado como representativo da controvérsia; c) o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação”.

A alternativa D está incorreta. Essa alternativa contraria a literalidade da Súmula 640 do STF, que dispõe o seguinte: “É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal”.

A alternativa E está incorreta. Essa alternativa contraria a literalidade da Súmula 727 do STF, que dispõe o seguinte: “Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais”. Apesar de esse entendimento sumulado ainda estar vigente, já não se utiliza o agravo de instrumento para essa hipótese, e, sim, o agravo em recurso extraordinário, previsto no art. 1.042 do CPC: “Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos”. Esse é um dos recursos cabíveis contra a decisão de inadmissão do recurso extraordinário (o outro é o agravo interno), e ele não pode ser apreciado pelo Tribunal recorrido, devendo obrigatoriamente ser encaminhado ao STF.

QUESTÃO 51. Sobre o mandado de segurança é incorreto afirmar:

a) não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

b) concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

c) são admissíveis embargos infringentes contra decisão do supremo tribunal federal em mandado de segurança.

d) denegado o mandado de segurança, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária de mérito.

e) pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata de temas diversos relativos ao mandado de segurança.

A alternativa A está incorreta. Esse item reproduz a literalidade da Súmula 266 do STF: “Não cabe mandado de segurança contra lei em tese”. Portanto, ele está correto.

A alternativa B está incorreta. Esse item reproduz a literalidade da Súmula 271 do STF: “Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria”. Portanto, ele está correto.

A alternativa C está correta. Na verdade, a Súmula 294 do STF afirma expressamente a impossibilidade de utilização dos embargos infringentes contra essa decisão: “São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão do Supremo Tribunal Federal em mandado de segurança”. Além disso, é necessário destacar que o CPC de 2015 extinguiu essa modalidade de recurso, logo, não há como cogitar o cabimento de embargos infringentes nessa hipótese.

A alternativa D está incorreta. Esse item reproduz a literalidade da Súmula 405 do STF: “Denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária”. Portanto, ele está correto.

A alternativa E está incorreta. Esse item reproduz a literalidade da Súmula 430 do STF: “Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança”. Portanto, ele está correto.

QUESTÃO 52. Sobre a execução contra a fazenda pública é certo dizer:

- a) tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será objeto de cumprimento, após o trânsito em julgado do recurso interposto.**
- b) os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar, cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.**
- c) a fazenda tem prazo de 15 dias para impugnar a execução nos próprios autos.**
- d) são devidos honorários advocatícios pela fazenda pública nas execuções individuais de sentença proferidas em ações coletivas, caso tenham sido embargadas.**
- e) a prescrição em favor da fazenda pública recomeça a correr, por cinco anos, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de dez anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 535, § 4º, do Código de Processo Civil: Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade da Súmula Vinculante n. 47 do STF: Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 535, caput, do Código de Processo Civil: A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir: [...]

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Súmula 345 do Superior Tribunal de Justiça: São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe a Súmula 383 do STJ: A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

QUESTÃO 53. No que tange aos conceitos de prescrição e decadência no direito do trabalho, indique a alternativa falsa:

a) respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato.

b) a norma constitucional que ampliou o prazo prescrição da ação trabalhista para cinco anos é de aplicação imediata e não atinge pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988.

c) só se fala em prescrição bienal se não mais existe contrato de trabalho; caso o contrato de trabalho ainda esteja vigente, aplica-se apenas a prescrição quinquenal.

d) extinto o contrato de trabalho, a data do desligamento do empregado não tem relevância alguma para a contagem da prescrição quinquenal, mas tão somente para verificação da prescrição bienal.

e) a decadência tem uma aplicação bastante restrita no âmbito trabalhista. Pode ser estipulada por acordo entre as partes, por ato unilateral, em convenções ou acordos coletivos de trabalho. Um exemplo de prazo decadencial é o do art. 853 da CLT, que trata da prerrogativa de propositura de inquérito judicial para a apuração de falta grave.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda sobre a prescrição e decadência no âmbito do direito do trabalho.

A alternativa A está correta, sendo essa afirmativa, portanto, falsa. Na ação trabalhistas resultantes de relações trabalhistas, o trabalhador terá até DOIS ANOS APÓS A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO para ingressar com a ação, sob pena de prescrição. Vejamos: “A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.” Ainda, a Constituição da República de 1988, em seu art.7º, XXIX, prevê nesse sentido: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;”

A alternativa B está incorreta. A alternativa está em consonância da Súmula 308 do TST.

A alternativa C está incorreta. A prescrição bienal inicia-se após a extinção do contrato de trabalho, nos termos do art. 11 da CLT.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa está correta, pois a prescrição quinquenal refere-se ao direito do empregado em ajuizar a ação trabalhista quanto aos seus direitos exigíveis, ou seja, os direitos relativos aos últimos cinco anos a contar do ajuizamento da ação trabalhista. Não se confunde com a prescrição bienal, portanto.

A alternativa E está incorreta. A alternativa é verdadeira ao afirmar que a decadência pode ser prevista em lei ou em convenção pelas partes, pois se trata de um direito que poderá ser exercido ou não pelo titular, quando esta for convencional ou de acordo com o prazo estipulado em lei, quando estivermos diante de um prazo decadencial legal. Um exemplo de prazo decadencial legal é previsto no art. 853 da CLT, em que prevê o prazo de 30 dias para a instauração do inquérito de apuração de falta grave, vejamos: “Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da suspensão do empregado.” Um exemplo de prazo decadencial convencional é o direito da propositura Ação Rescisória, em que o trabalhador tem 2 anos para propor uma ação rescisória, contados a partir do trânsito em julgado da decisão que se deseja alterar.

QUESTÃO 54. Com relação ao empregado aprendiz, assinale a alternativa correta:

a) contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional, compatível desenvolvimento físico, moral e psicológico.

b) a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na carteira de trabalho e previdência social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

c) o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 3 (três) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

d) a duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

e) os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5% no mínimo, sem percentual máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A idade limite para o contrato de aprendizagem é de 24 (vinte e quatro anos) e não de 18 (dezoito anos), nos termos do art. 428 da CLT: “Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.”

A alternativa B está incorreta. A comprovação de matrícula e frequência na escola é requisito para a contratação de aprendiz que não tenha concluído o ENSINO MÉDIO, nos termos do art. 428, §1º da CLT. Portanto, tal exigência valerá ao aprendiz que esteja cursando o ensino fundamental.

A alternativa C está incorreta. O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, e não 3 (três) anos, conforme prevê o §3º do art. 428 da CLT.

A alternativa D está incorreta. O art. 432 veda a prorrogação ou compensação das horas de trabalho do aprendiz, não podendo exceder de seis horas diárias.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 429 da CLT, para a contratação de aprendizes, as empresas devem empregar no máximo 15% equivalente ao número de trabalhadores.

QUESTÃO 55. É correto afirmar:

- a) o denominado salário complessivo especifica as verbas salariais correspondentes a diversos títulos e não é prática vedada no nosso ordenamento jurídico, por se tratar do pagamento de remuneração global.**
- b) o substituto tem direito ao salário do substituído, enquanto durar a substituição, inclusive férias, ainda que em caráter meramente eventual, em consonância com o princípio da equiparação salarial.**
- c) a gratificação recebida por mais de 10 anos em cargo comissionado, gera estabilidade financeira do empregado, exceto se houver reversão ao seu cargo efetivo, quando a gratificação pode ser reduzida.**
- d) considera-se em sobreaviso o empregado que, à distância, ainda que não submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.**
- e) com a unificação do plano de benefícios da previdência social, que abrangeu trabalhadores urbanos e rurais, os rurícolas passaram a fazer jus ao salário-família.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o salário complessivo tem sua prática vedada no âmbito do direito do trabalho, pois não permite que o empregado reconheça as verbas distintas que estão sendo pagas, contrariando o disposto no art. 452-A da CLT, em que o recibo de pagamento deverá conter, de forma discriminada, os valores pagos ao empregado.

A alternativa B está incorreta. A substituição eventual é aquela em que o outro empregado substitui o colega em situações casuais ou por situações fortuitas, e, portanto, não enseja o direito em receber o salário de substituição.

A alternativa C está incorreta. O exercício de cargo comissionado por mais de 10 anos não gera estabilidade financeira ao empregado, nos termos do art. 468, §2º da CLT, em que passou a prever que o empregado em cargo de confiança, independentemente do tempo no exercício do cargo, não terá assegurado a gratificação correspondente, tampouco esta será incorporada ao seu salário.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não será considerado sobreaviso.

A alternativa E está correta. Os trabalhadores rurais também possuem direito a perceber o salário-família, nos termos do art. 66 da Lei nº 8.213/91, assim como os trabalhadores urbanos. Ainda, não podemos nos esquecer que a Constituição Federal também elenca o salário-família como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, em seu art. 7º, XII.

QUESTÃO 56. São hipóteses de suspensão, do contrato de trabalho, exceto:

- a) por motivos de calamidade ou força maior, com tempo máximo de 90 dias de suspensão.
- b) ausência por motivo de doença após o 15º dia.
- c) suspensão disciplinar.
- d) greve, salvo acordo em contrário ou decisão da justiça do trabalho.
- e) eleição para cargo de diretor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Se o empregado estiver afastado do trabalho por motivo de doença por período superior a 15 dias, este empregado é considerado em licença, nos termos do art. 476 da CLT, fazendo jus ao recebimento do benefício de auxílio-doença, inclusive.

As demais alternativas estão incorretas, ao configurarem hipóteses de suspensão do contrato de trabalho.

QUESTÃO 57. Pode-se afirmar, com relação ao contrato de experiência:

- a) não há direito a aviso prévio nos contratos de experiência rescindidos antes do prazo acertado, quando o contrato contiver cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão.
- b) cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT.
- c) aos contratos por prazo determinado, que não contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.
- d) é espécie de contrato por tempo determinados que tem prazo máximo de 45 dias.
- e) o contrato de experiência não pode ser prorrogado, sob pena de ser descaracterizado, passando a ser regido pelas normas pertinentes aos contratos por prazo indeterminado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre o direito ao recebimento do aviso prévio mesmo em caso de contrato de experiência.

A alternativa B está correta. Em contratos de experiência caberá o recebimento de aviso prévio, conforme prevê o art. 481 da CLT: "Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado."

As demais alternativas estão incorretas, em consonância com o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 58. Assinale a alternativa correta sobre terceirização:

- a) é reconhecido o vínculo direto de emprego com a empresa principal, não admitida terceirização, exceto nas hipóteses de locação de mão de obra de serviços de vigilância e no trabalho temporário.

b) tem-se como legal a locação de mão de obra quando voltada para atividade-meio da empresa principal, desde que não caracterizada a subordinação direta do empregado à empresa tomadora de serviço, ficando vedada a terceirização da denominada atividade-fim.

c) é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

d) a súmula 331 do TST garantia os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência nas relações de trabalho, reconhecendo como lícita a terceirização em quaisquer atividades empresariais.

e) há obrigação de se equiparar a remuneração de trabalhadores terceiros com os da tomadora de serviços, conforme tema de repercussão geral fixado pelo STF em 2021.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda sobre a terceirização.

A alternativa A está incorreta. Atualmente é admitida a terceirização ampla, inclusive, da atividade-fim. Portanto, é incorreto afirmar que somente nessas duas hipóteses é possível a terceirização.

Ainda, vale pontuar que a Súmula 256 do TST está superada nesse sentido, em que previa como ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, o que assim seria reconhecido o vínculo empregatício direto com a tomadora de serviços.

A alternativa B está incorreta. É possível a terceirização da atividade-fim, nos termos do art. 9º, §3º da Lei 6.019/74

A alternativa C está correta, sendo lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante, conforme o Tema 725 do STF.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a terceirização possui impedimentos em determinadas atividades, como em serviços de vigilância, conservação e limpeza e de serviços especializados que estejam ligados à atividade-meio do empregador.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal ao julgar o Tema 383, firmou-se o entendimento sobre a não equiparação do salário dos funcionários terceirizados ao dos funcionários da empresa tomadora de serviços.

QUESTÃO 59. A respeito de dissídios coletivos, INCORRETO afirmar:

a) o dissídio coletivo de natureza jurídica visa à interpretação de lei ou norma coletiva particular da categoria (sentença declaratória) e não se presta à interpretação de normas de caráter genérico não especiais à categoria.

b) não têm direito à negociação coletiva e aos dissídios coletivos os servidores públicos, uma vez que as vantagens econômicas a essa categoria só podem ser conferidas por lei.

c) A negociação coletiva prévia e a autorização da categoria trabalhadora são requisitos, em regra, ao ajuizamento do dissídio coletivo, independentemente do seu objeto.

d) a petição inicial da ação coletiva deve conter proposta de solução de conflito, por meio do elenco de cláusulas que se busca ver instituídas, devidamente fundamentadas, sob pena de não apreciação da representação ou da cláusula.

e) STF já decidiu que acordos ou convenções coletivas de trabalho que limitam ou suprimem direitos trabalhistas não são válidas, ainda que seja assegurado um patamar civilizatório mínimo ao trabalhador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda sobre dissídios coletivos e requer a indicação da alternativa incorreta.

A alternativa E está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, O Supremo Tribunal Federal, ao firmar a Repercussão Geral no Tema 1.046, decidiu que acordos ou convenções coletivas de trabalho que limitam ou suprimem direitos trabalhistas SÃO VÁLIDAS, desde que seja assegurado um patamar civilizatório mínimo ao trabalhador.

As demais alternativas estão incorretas, sendo, portanto, verdadeiras as afirmativas.

QUESTÃO 60. Ao interpor um recurso ordinário, no quinto dia do prazo legal, o Recorrente não comprovou ter realizado o pagamento do depósito recursal devido, fazendo-o somente no oitavo dia do prazo, mediante a juntada de simples petição, alegando a possibilidade do pagamento posterior, nos termos do artigo 1.007, do CPC. Referido recurso não foi conhecido por deserção, uma vez que o Tribunal considerou ser inaplicável a referida norma, pois não se tratava de complementação de depósito parcial, mas sim de comprovação ulterior de pagamento integral. Diante deste caso, no âmbito do C.TST, a referida decisão é considerada:

a) acertada, uma vez que não é possível o pagamento do depósito recursal em data posterior ao protocolo do recurso.

b) equivocada, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, de modo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

c) acertada, uma vez que tanto o pagamento do depósito recursal, quanto a comprovação da sua realização deve ser realizada no momento da interposição do recurso.

d) equivocada, uma vez que, na hipótese de não comprovação do pagamento do depósito recursal, seria o caso de se intimar o recorrente para realizar o recolhimento em dobro, nos termos do artigo 1.007, §4º, do CPC.

e) acertada, uma vez que, em razão da preclusão lógica, a não comprovação do pagamento do depósito recursal no momento da interposição se mostra incompatível com a sua comprovação posterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre depósito recursal.

A alternativa B está correta, encontrando consonância na Súmula 245 do TST. Vejamos: “SÚMULA Nº 245 - DEPÓSITO RECURSAL. PRAZO - O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.”

As demais alternativas estão incorretas, nos termos do comentário da alternativa B.

QUESTÃO 61. Cabem embargos de declaração da decisão monocrática do relator prevista no art. 932 do CPC, se a parte pretende tão somente juízo integrativo retificador da decisão, e não modificação do julgado. Se no corpo dos embargos de declaração a parte postular a revisão no mérito da decisão monocrática, cumpre ao relator:

- a) não conhecer, monocraticamente, dos embargos de declaração, que não se enquadra na hipótese do artigo 897- A, da CLT.
- b) não conhecer, monocraticamente, dos embargos de declaração, uma vez que eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada, o que não houve expressamente neste caso.
- c) determinar a manifestação da parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias e após encaminhar para julgamento pela turma.
- d) converter os embargos de declaração em agravo, submetendo-o ao pronunciamento do colegiado após a intimação do recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências legais.
- e) conhecer e dar provimento, monocraticamente, aos embargos de declaração, para que se proceda à adequação do provimento jurisdicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre a possibilidade de conversão dos embargos de declaração em agravo.

Essa questão pode ser respondida com a Súmula 421 do TST.

A alternativa D está correta. Sendo o caso de interposição de embargos em face de decisão monocrática, os embargos declaratórios deverão ser submetidos ao pronunciamento do Colegiado, convertidos em agravo, em face dos princípios da fungibilidade e celeridade processual, nos termos da Súmula 421 do TST.

As demais alternativas estão incorretas, estando em desacordo com a referida Súmula.

QUESTÃO 62. Nos termos do artigo 520 do Código de Processo Civil, o cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo. Na hipótese de anulação da sentença objeto da execução, o cumprimento provisório de sentença:

- a) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos.
- b) é sobrestado, prosseguindo-se somente quando proferida nova sentença.
- c) deverá prosseguir, até o início da realização dos atos expropriatórios, mediante a exigência da realização de caução pelo exequente.
- d) o cumprimento provisório de sentença deve ser extinto pela perda do objeto.
- e) o cumprimento provisório de sentença deve ser suspenso por 90 dias, prazo este previsto para que seja proferida nova sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda sobre o cumprimento provisório de sentença, exigindo conhecimento do art. 520 do Código de Processo Civil, que trata sobre o cumprimento provisório da sentença.

A alternativa A está correta. A alternativa encontra literalidade no art. 520, I do CPC. Sendo hipótese de anulação da sentença, ainda que em parte, o cumprimento provisório ficará sem efeito, em que restituirá às partes o estado anterior, cujos prejuízos serão liquidados nos mesmos autos. Vejamos: “Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime: II - fica sem efeito, sobrevindo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos;”

As demais alternativas estão incorretas, ante a ausência de previsão legal nesse sentido, conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 63. Após a interposição de recurso de revista pela recorrente perante o TST, referido recurso foi admitido pela primeira Turma e a ele foi negado provimento. Na mesma semana em que houve a intimação do acórdão de julgamento de revista, a Recorrente tomou conhecimento de que a segunda turma havia julgado caso análogo e decidido de maneira diametralmente oposta àquela que havia sido em seu recurso. Diante desta situação, qual a medida processual adequada a ser adotada perante o C.TST, objetivando à uniformização do entendimento perante o mesmo fato:

- a) reclamação perante a presidência do TST.
- b) embargos.
- c) agravo de instrumento.
- d) conflito negativo de competência.
- e) recurso ordinário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre recursos perante o Tribunal Superior do Trabalho, cujo objetivo seja a uniformização de julgados.

A alternativa A está incorreta. O recurso de reclamação não é a via adequada para requerer aplicação de tese de recurso repetitivo, conforme tese fixada no julgamento do Tema 1.061.

A alternativa B está correta. De acordo com o artigo 894, II da CLT, os embargos ao TST serão válidos caso as decisões das Turmas sejam divergentes entre si ou contrárias às decisões da Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias à súmula, ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal. Portanto, requerendo, por meio deste recurso, a uniformização de julgados perante a Justiça do Trabalho.

A alternativa C está incorreta. O recurso de agravo de instrumento é cabível em face de decisões interlocutórias, não sendo o caso, em que se objetiva à uniformização do entendimento perante o mesmo fato.

A alternativa D está incorreta. O conflito negativo de competência não se trata de recurso, mas de conflito entre juízes que se dizem incompetentes para julgar a causa.

A alternativa E está incorreta. O recurso ordinário na seara trabalhista é cabível em face de decisões definitivas perante as Varas, Juízos e Tribunais Regionais, não sendo o caso, em que se objetiva à uniformização do entendimento perante o mesmo fato.

QUESTÃO 64. Após o trâmite processual executivo em face da Reclamada pessoa jurídica, houve a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica contra os sócios da referida sociedade empresária, o qual foi acolhido, após o exercício do contraditório, para incluir os sócios no polo passivo da ação executiva. Intimados da decisão de inclusão, os sócios dela resolvem recorrer. Qual o recurso cabível contra referida decisão, à luz da CLT:

- a) agravo de instrumento.
- b) recurso ordinário.
- c) embargos.
- d) agravo de petição.
- e) não há recurso cabível, por se tratar de decisão interlocutória irrecorrível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do direito do trabalho, especificamente, o recurso cabível em face da decisão de inclusão dos sócios no polo passivo. É necessário atentar-se que quanto ao trâmite processual, estando esse na fase executiva, portanto.

A alternativa D está correta. O recurso cabível é o agravo de petição, nos termos do art. 855-A, §1º, II da CLT. As demais alternativas estão incorretas, consoante o comentário da alternativa A e ausência de previsão legal nesse sentido.

QUESTÃO 65. Nos termos do artigo 47, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, em regra as deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros. Não obstante, as deliberações sobre algumas matérias dependem da aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara ou de dois terços dos membros da Câmara. Partindo dessa premissa, assinale a opção que se refere à matéria cuja deliberação depende da votação favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:

- a) rejeição de parecer prévio do tribunal de contas do estado.
- b) isenções de tributos municipais
- c) concessão de serviços públicos

d) julgamento do prefeito, vice-prefeito e vereadores

e) plano diretor

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata das regras das deliberações da Câmara de Guarulhos, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa A está incorreta. A rejeição de parecer prévio do tribunal de contas não exige a aprovação pelo quórum de maioria absoluta, pois depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, nos termos do art. 47, § 2º, inciso I da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa B está incorreta. As isenções de tributos municipais não exigem a aprovação por maioria absoluta, já que depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, nos termos do art. 47, § 2º, inciso XI da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa C está correta. Está em conformidade com o Art. 47, § 1º, inciso V da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, a concessão de serviços públicos dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

A alternativa D está incorreta. O julgamento do prefeito, vice-prefeito e vereadores não exige a aprovação por maioria absoluta, já que depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, nos termos do art. 47, § 2º, inciso III da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa E está incorreta. A aprovação do plano diretor não exige a aprovação por maioria absoluta, já que depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, nos termos do art. 47, § 2º, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

QUESTÃO 66. Considerando as assertivas a seguir, assinale a opção correta, à luz da Lei Orgânica do Município de Guarulhos:

a) Os secretários municipais serão sempre nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato da posse e ao final do exercício do cargo e terão os mesmos impedimentos do prefeito e dos vereadores enquanto nele permanecerem.

b) os secretários municipais serão escolhidos dentre cidadãos brasileiros, maiores de vinte e um anos, no exercício dos direitos políticos, de ilibada idoneidade moral, exercendo cargos de confiança do prefeito.

c) compete aos secretários municipais exclusivamente orientar, coordenar e superintender as atividades dos órgãos e entidades da administração em sua área de competência.

d) é vedado aos secretários municipais referendar os atos normativos assinados pelo prefeito, referentes à sua área de competência.

e) o vereador, investido na função de secretário municipal, secretário municipal adjunto, coordenador municipal ou de dirigente de autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista ou fundações municipais não perderá o mandato e não será considerado licenciado, podendo optar pelos vencimentos de maior remuneração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa A está correta. Os Secretários Municipais serão sempre nomeados em comissão, farão declaração pública de bens no ato da posse e ao final do exercício do cargo e terão os mesmos impedimentos do Prefeito e dos Vereadores enquanto nele permanecerem, nos termos da literalidade do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa B está incorreta. Os secretários municipais serão escolhidos dentre cidadãos brasileiros, maiores de dezoito anos e não maiores de vinte e um anos como traz a alternativa. Por tanto, está incorreta, nos termos do art. 68 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa C está incorreta. Aos Secretários Municipais competem mais atribuições que as estabelecidas na alternativa. Veja que nos termos do art. 69 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, compete aos Secretários Municipais: " Art. 69. Além das atribuições estabelecidas em lei, compete aos Secretários Municipais: I - orientar, coordenar e superintender as atividades dos órgãos e entidades da administração em sua área de competência; II - expedir resoluções para a execução de leis, regulamentos e atos pertinentes à sua área de competência; III - referendar os atos normativos assinados pelo Prefeito, referentes à sua área de competência; IV - comparecer à Câmara, quando por esta convocados, para responder sobre assunto específico; V - apresentar relatório anual da secretaria ao Prefeito; e VI - praticar os atos relativos às atribuições que lhes forem delegadas pelo Prefeito".

A alternativa D está incorreta. Uma das competências dos Secretários Municipais é exatamente referendar os atos normativos assinados pelo Prefeito, referentes à sua área de competência, nos termos do artigo 69, inciso III da Lei Orgânica do Município de Guarulhos. Portanto, a alternativa traz a informação que contraria o dispositivo legal.

A alternativa E está incorreta. A alternativa traz a informação de que o Vereador não perderá o mandato e não se considerará licenciado, porém o artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos nos traz a informação contrária, veja: "Art. 69. O Vereador, investido na função de Secretário Municipal, Secretário Municipal Adjunto, Coordenador Municipal ou de dirigente de autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista ou fundações municipais, não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, podendo optar pelos vencimentos de maior remuneração".

QUESTÃO 67. Nos termos de sua Lei Orgânica, o Município de Guarulhos, objetivando aproximar a administração dos contribuintes e descentralizar as decisões, deverá dividir-se, territorial e administrativamente, em administrações regionais distritais ou sub - prefeituras, a serem criadas por iniciativa do Executivo, com aprovação do Legislativo, as quais não constituirão unidades orçamentárias autônomas. As regionais ou distritais serão criadas em áreas com população não inferior a:

- a) 3% (três por cento) do total dos habitantes do município.
- b) 5% (cinco por cento) do total dos habitantes do município.
- c) 6% (seis por cento) do total dos habitantes do município.

d) 8% (oito por cento) do total dos habitantes do município.

e) 10% (dez por cento) do total dos habitantes do município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da descentralização administrativa do Município de Guarulhos.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, referente a da descentralização administrativa do Município, as administrações regionais ou distritais serão criadas em áreas com população não inferior a 5% (cinco por cento) do total dos habitantes do Município.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas. As demais alternativas não podem ser consideradas corretas, já que nos termos da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, é requisito para a criação de unidades regionais ou distritais que a população não seja inferior a 5% (cinco por cento) do total dos habitantes do Município.

QUESTÃO 68. Considerando a redação do artigo 126, da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, a seguir transcrita, assinale a opção INCORRETA quanto aos princípios que devem ser observados: "O Município exercerá atividade permanente de planejamento, voltado para suas peculiaridades e direcionado para um crescimento programado, observando, dentre outros, os seguintes princípios":

a) pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem estar de seus habitantes.

b) preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, inclusive no trabalho.

c) criação e manutenção de áreas de proteção especial, devido à sua importância histórica, cultural, urbanística, turística e ambiental.

d) expressão dos interesses e aspirações do conjunto da sociedade.

e) observância das normas de urbanismo, segurança, higiene e qualidade de vida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata das atividades de produção de bens e serviços do Município de Guarulhos.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 126, inciso I da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o município terá que observar o princípio do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes. Por tanto, esta alternativa dispõe a literalidade da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 126, inciso II da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o município terá que observar o princípio da preservação, proteção e recuperação do meio ambiente. Por tanto, esta alternativa dispõe a literalidade da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 126, inciso III da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o município terá que observar o princípio da criação e manutenção de áreas de proteção especial, devido à sua importância histórica, cultural, urbanística, turística e ambiental. Por tanto, esta alternativa dispõe a literalidade da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

A alternativa D está correta. A expressão dos interesses e aspirações do conjunto da sociedade é um dos princípios que deve ser seguido pelo município nas ações governamentais na área da cultura, nos termos do artigo 219 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos. Por tanto, esta alternativa é a única que traz uma inverdade, pois informa um princípio referente às ações culturais como se fosse um princípio que disciplina as atividades de produção de bens e serviços.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 126, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o município terá que observar o princípio da observância das normas de urbanismo, segurança, higiene e qualidade de vida. Por tanto, esta alternativa dispõe a literalidade da Lei Orgânica do Município de Guarulhos.

QUESTÃO 69. A respeito do processo de cassação do Mandato de Prefeito por infrações político-administrativas sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores, previsto no Decreto-Lei 201/1967 é CORRETO o que se afirma em:

a) A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

b) De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com cinco Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

c) Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de três por cada fato. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente ordenará, desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

d) O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de quarenta e oito horas, sendo-lhe permitido assistir as

diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

e) O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído no prazo de cento e vinte dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do processo de cassação do mandato de Prefeito, por infrações político-administrativas.

A alternativa A está correta, pois é o que determina o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante."

A alternativa B está incorreta, pois o número de Vereadores a compor a comissão processante será de três e não cinco, consoante determina o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator."

A alternativa C está incorreta, pois o número de testemunhas arroladas pelo denunciado será de até dez e não de três por cada fato, conforme o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas."

A alternativa D está incorreta, pois o prazo de antecedência para a intimação do denunciado sobre os atos do processo, seja pessoalmente ou na figura de seu procurador será de, pelo menos, 24 horas, e não 48 horas, conforme o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido

pela legislação do Estado respectivo: IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa."

A alternativa E está incorreta, pois o prazo de conclusão do processo será de 90 dias, e não de 120 dias, conforme o Decreto-Lei 201/1967, veja: "Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo: VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos."

QUESTÃO 70. Acerca das comissões especiais de inquérito no âmbito do Poder Legislativo do Município de Guarulhos, assinale a opção correta:

a) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento realizado pela maioria absoluta de seus membros, que deverá ser aprovado por pelos menos um terço dos membros do legislativo, para a apuração de fato determinado e prazo indeterminado sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

b) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento individual realizado por um de seus membros, que deverá ser aprovado por pelos menos um terço dos membros do legislativo, para a apuração de fato determinado e prazo certo sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

c) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento de pelo menos um terço de seus membros, que deverá ser aprovado por maioria absoluta dos membros do legislativo, para a apuração de fato certo, sujeita a prazo indeterminado, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

d) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento de pelo menos um terço de seus membros, que deverá ser aprovado por maioria absoluta dos membros do legislativo, para a apuração de fato determinado e submetidas a prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

e) as comissões especiais de inquérito serão criadas pela câmara, mediante requerimento realizado pela maioria absoluta de seus membros, que deverá ser aprovado por dois terços dos membros do legislativo, para a apuração de fato certo e sujeitas a prazo indeterminado, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das comissões da Câmara do Município de Guarulhos.

Para responder esta questão, veja o artigo 27 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos: "Art. 27. As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além

de outros previstos no regimento interno, serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de pelo menos um terço de seus membros, que deverá ser aprovado por maioria absoluta dos membros do Legislativo, para a apuração de fato determinado e prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores."

A alternativa D está correta. Veja que as comissões especiais de inquérito, serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de pelo menos um terço de seus membros, que deverá ser aprovado por maioria absoluta dos membros do Legislativo, para a apuração de fato determinado e prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, objetivando a responsabilização civil ou criminal dos infratores. Sendo a letra D a única alternativa que não contraria os dispositivos legais.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois trazem informações inverídicas. Veja que a Banca usou como pegadinha alterar a competência para a solicitação de criação da comissão, os quóruns necessários para a aprovação da criação da comissão ou até o tipo de responsabilidade que enseja a conduta apurada pela câmara.